



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

**Ata da 1ª Sessão Extraordinária
da Assembleia Municipal de Águeda, de 30 de janeiro de 2019**

----- Aos trinta dias do mês de janeiro de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas reuniu no **Salão dos Paços do Concelho**, a **Primeira Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda**, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

----- **1 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o Processo de Descentralização de Competências em consonância com a deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro sobre o Processo de Descentralização de Competências (Lei nº 50/2018 de 16 de Agosto)** -----

----- **2 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o Processo de Descentralização de Competências (Lei nº 50/2018 de 16 de agosto) – transferência de competência para os órgãos municipais no ano de 2019;** -----

----- **3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da alteração do preço de venda dos lotes no Parque Empresarial do Casarão - Águeda, durante o ano de 2019;** -----

----- **4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Apoios e Contratos Interadministrativos Extraordinários às Juntas / Uniões de Freguesia;** -----

----- **5 – Tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal da decisão do Executivo Municipal a respeito da Opção Gestonária.** -----

----- A sessão foi presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, Brito António Rodrigues Salvador e secretariado pelas Senhoras Secretárias, **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes.** -----

----- **O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL**, pelas vinte e uma horas, declarou aberta a 1ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal. -----

----- **Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:** -----

----- Brito António Rodrigues Salvador – Juntos; -----

----- Carlos Guilherme da Silva Nolasco – PSD; -----

----- Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- Filipe Joaquim Pinho Dias da Silva – Juntos; -----

----- Cristina Paula Fernandes da Cruz – Juntos; -----

----- Marlene Domingues Gaio – PSD; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

- Manuel Augusto de Almeida Farias – PS; -----
- Pedro Miguel Alpoim Marques – Juntos; -----
- Carlos Filipe Correia Almeida – PSD; -----
- Jorge Miguel Santos Melo – PS -----
- Abílio Ferreira Gomes da Silva – Juntos; -----
- Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira -CDS;-----
- Isabel Cristina Correia Ferreira – PS; -----
- Daniela Carina Mendes – Juntos; -----
- Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD; -----
- Armando Paulo Almeida Galhano – Juntos; -----
- António Jorge Pereira de Oliveira – PS; -----
- Humberto José Tavares Moreira – Juntos; -----
- Ana Rita de Brito Carlos – PSD; -----
- Maria João Marques Tavares – Juntos; -----
- Elisa Maria Pires de Almeida – PS; -----
- João Paulo Rodrigues de Nogueira Veiga – PSD; -----
- **Compareceram igualmente à Sessão os seguintes Presidentes de Junta/União de Freguesia (PJF):** -----
- Albano Marques Abrantes – PJ de Aguada de Cima; -----
- Jorge Manuel Castanheira Martins – PUF Águeda e Borralha; -----
- Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PUF da União das Freguesias de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----
- Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----
- Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJF de Macinhata do Vouga; -----
- Pedro António Machado Vidal – PUF do Préstimo e Macieira; -----
- Manuel José de Almeida Marques de Campos – PUF de Recardães e Espinhel;-----
- Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; -----
- Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----
- Luís Filipe Tondela Falcão – PJ de Valongo do Vouga; -----
- **Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----
- Jorge Henrique Fernandes Almeida – Juntos – Presidente; -----
- Elsa Margarida de Melo Corga – Juntos – Vereadora; -----
- João Carlos Gomes Clemente – Juntos – Vereador; -----
- Paulo Alexandre Guerra de Azevedo Seara – PS – Vereador; -----
- António Manuel Gama Duarte – PS – Vereador;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Antero Ricardo dos Santos Almeida – PSD – Vereador;

----- A sessão foi presidida pelo Sr. Presidente da Assembleia, **Brito António Rodrigues Salvador**, que saudou os presentes, bem como todos os que acompanhavam a sessão através dos canais de comunicação, nomeadamente a Águeda TV, desejando a todos um excelente trabalho. O Senhor Presidente da Assembleia foi secretariado por, **Cristina Paula Fernandes da Cruz e Daniela Carina Mendes**. -----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

----- Foram verificadas as justificações de falta dos seguintes membros: -----

----- O deputado Rogério Matias comunicou que, por motivos de doença, seria substituído pelo deputado Luís Armando Ferreira Pina Figueiredo que, também comunicou que estaria ausente, sendo substituído pelo deputado Armando Paulo de Almeida Galhano; o deputado Paulo Sérgio Gomes Tomaz também comunicou que, por motivos profissionais não poderia comparecer sendo substituído pela deputada Elisa Maria Pires de Almeida; o deputado João Carlos Fernandes Figueiredo comunicou que, por motivos de saúde, seria substituído pela deputada Paula Cristina Lito de Almeida que, por sua vez, também comunicou que estava doente, sendo substituída pelo deputado Filipe Joaquim Dias da Silva; o deputado Gil Abrantes também comunicou que não poderia comparecer sendo substituído pelo deputado Carlos Guilherme da Silva Nolasco; finalmente o deputado Manuel Augusto de Almeida Farias também comunicou que não poderia estar presente sendo substituído pelo deputado Jorge Manuel de Santos Melo. -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- O Presidente da Assembleia informou que, na sequência do que foi sugerido na última Assembleia a correspondência recebida foi publicada no link da documentação. Apenas dá nota de um e-mail enviado na presente data pelo **Grupo Parlamentar Os Verdes**, no âmbito de um projeto de resolução do alargamento do âmbito de aplicação da cobertura do seguro escolar às deslocações em bicicleta, informando que, a discussão desta iniciativa legislativa, está agendada para sexta-feira, dia 1 de fevereiro, a partir das 10 horas, na sessão plenária da Assembleia da República. -----

----- INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- Neste período não houve intervenções. -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- 1 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o Processo de Descentralização de Competências em consonância com a deliberação do Conselho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro sobre o Processo de Descentralização de Competências (Lei nº 50/2018 de 16 de agosto); -----

----- Neste ponto foram feitas as seguintes intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Antes de mais queria fazer um pequeno preâmbulo aos dois primeiros pontos da ordem de trabalhos de hoje, e dizer que, claramente as propostas do Município são propostas que procuram sobretudo a coerência num contexto, em que efetivamente os diplomas que regulamentam as matérias, entretanto propostas para serem descentralizadas nos municípios, naturalmente que, têm aqui ainda uma grande componente de indecisão, nomeadamente, em termos de pacotes financeiros que os possam acompanhar, e só isso e apenas isso nos faz efetivamente falar desta maneira.-----

----- Por convicção, entendemos que as autarquias locais têm vindo a dar provas de que conseguem fazer melhor, e aproveitando a proximidade, que é indiscutível, para com os concidadãos, e portanto será indiscutível que, a nossa perspetiva e a nossa postura será no sentido de aceitar esta transferência de competências .-----

----- Dado este preâmbulo, queria dizer que, não deslumbramos aqui outra coisa que não seja procurarmos essa tal coerência com aquilo que temos vindo a fazer e que estamos a fazer, e portanto esta primeira proposta foi consensualizada no seio do Conselho Diretivo da CIRA, é presente a todos os municípios desta igual forma porque, efetivamente teve a unanimidade depois de discussão e cedências, o percurso democrático faz-se muitas vezes desta maneira, e portanto esta proposta que vem aqui relativamente à solução de competências pela Comunidade Intermunicipal de Aveiro que, convém reforçar indiscutivelmente, é preciso lembrarmo-nos todos que, tem que ter sobretudo na aceitação das competências a aprovação de todas as Assembleias Municipais, das onze, neste caso, e portanto por uma questão de coerência com aquilo que lá foi decidido, trazemos essa proposta rigorosamente, como eu imagino que seja colocada, e só assim faz sentido, em todos os Municípios. Entretanto no número dois, depois deste preâmbulo, naturalmente que, se entenderem voltaremos a falar e a explicar algumas das decisões, no caso concreto, isto é exatamente o que está a acontecer.”-----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF do Préstimo e Macieira de Alcôba: -----

-----“Relativamente ao assunto em causa, ao longo dos últimos dias, sobretudo nós os Presidentes de Juntas, muito temos falado ao telefone, há muita informação e também muita desinformação mas, já há quase dois anos, firmamos um acordo com a Câmara Municipal no que toca ao Espaço Cidadão, houve colegas que fizeram assembleias, outros não, há muitas dúvidas e poucas certezas relativamente a este assunto. Assim sendo, gostaria de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

perguntar ao nosso Executivo Municipal, o que é que nos irá acontecer? Nós já temos nas nossas freguesias o Espaço Cidadão, quando aceitamos este mesmo Espaço Cidadão, foi com o intuito, foi isso que nos foi prometido, pelo anterior Presidente da Câmara Municipal, que iríamos receber duzentos euros, por posto. Pergunto, se aprovarmos, hoje, aquilo que é proposto pela Câmara Municipal iremos receber na mesma os duzentos euros, por posto de Espaço Cidadão ou não?” -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

-----“Sr. Presidente, vai desculpar, estamos na CIRA, penso que isso não são competências delegadas, entretanto serão respondidas no próximo ponto. -----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF do Préstimo e Macieira de Alcôba: -----

----- “A pergunta já fica feita e será então respondida no ponto seguinte.” -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Trazemos hoje aqui dois assuntos muito importantes para discussão ao nível do nosso Município que tem haver exatamente com descentralização, neste caso descentralização de competências, como o diz o Sr. Presidente também sou um descentralista, sou claramente favorável à descentralização para que efetivamente os Municípios e as Entidades Intermunicipais vejam reforçados os seus poderes.-----

----- Existem, no entanto, muitas questões da maneira como está a ser feito, e que no ponto a seguir também as iremos aprovar, e que levam a algumas dúvidas que nós tenhamos na posição a tomar. Mas, ao nível da descentralização das competências intermunicipais, o Sr. Presidente já esclareceu que, isto foi votado por unanimidade no Conselho Intermunicipal, penso que terá sido isso, e há duas competências que nos são propostas a assumir e penso que outras duas que não são. São competências no âmbito do Turismo e são competências no âmbito de Candidaturas e Gestão Projetos Comunitários, penso que será isso.-----

----- Eu não vou olhar para a questão legal, para o articulado, isso tem havido muita discussão, vou olhar para aquilo que é importante para nós em Águeda. Se ao nível dos Fundos Comunitários e Captação de Investimentos percebo a ideia da CIRA em assumir este tipo de funções, e eu sou membro da assembleia intermunicipal, se hoje não me for respondido, amanhã perguntarei sobre isto. A primeira questão que se põe é: a CIRA tem competência, em termos de recursos humanos, para assumir estas funções? Quais são os custos que a CIRA terá que assumir se no caso de não ter já esta competência, para garantir esta competência? -----

----- Percebo isto, ouvi o debate na televisão em que o Sr. Secretário de Estado terá respondido, que os Municípios ou as CIMES e Áreas Metropolitanas que não assumirem esta competência ficarão vedados a concorrer a novos Programas Comunitários, não aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que já existem, já existem estão assumidos. A novos Programas Comunitários em termos de CIMES, o Governo poderá sempre continuar a fazê-lo, em nome das CIMES e em nome dos Municípios, isto é, mantém-se a mesma situação. -----

----- A minha primeira questão, sobre os fundos comunitários, é esta: a CIRA tem capacidade em termos de meios humanos, meios técnicos, para assumir esta responsabilidade? Ou vai ter que se reforçar e, se vier a ter que se reforçar o que é que isto implica para o município de Águeda? Pois nós estamos aqui para falar do município de Águeda.? -----

-----A segunda questão tem a ver com a área do Turismo. Gostava que me explicassem exatamente o que é que nós, em Águeda, podemos ganhar ao aceitar que a CIRA assuma esta competência, concretamente, especificamente, que me digam exatamente isto. Penso que provavelmente já haverá algumas ideias porque, quando se pensa aceitar uma competência é porque temos no nosso horizonte o objetivo de a exercer, e se a queremos exercer, saberemos de que maneira é que a vamos exercer, portanto temos, julgo eu, na mente do Sr. Presidente da Câmara algo em que se possa dizer, Águeda se aceitar esta competência Intermunicipal, se votar favoravelmente esta competência Intermunicipal e a seguir a aceitar, vamos ganhar exatamente neste ponto, naquele ponto, sei lá eu... candidatar o AgitÁgueda a receber outras verbas em termos europeus, sei lá, o que seja, não sei, que me explique, exatamente, para eu perceber, porque razão é que nós vamos votar favoravelmente a aceitação desta competência?."-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Talvez seja eu uma das pessoas com mais à vontade para falar aqui, esta noite, sobre este processo de descentralização.-----

----- De facto, as mesmas preocupações que o Engenheiro Hilário aqui trouxe, são as mesmas que, neste momento, o Partido Socialista na Assembleia Municipal de Águeda, porque é de Águeda que se trata, quer colocar.-----

----- O processo de descentralização e creio que, nesse aspeto estamos todos de acordo, é positivo, é um avanço significativo não só para as Autarquias mas também para o nosso país na medida em que, vai garantir uma maior proximidade e uma maior eficácia na gestão dos fundos públicos. -----

----- A questão que aqui se coloca e que eu acho que é fundamental para todos nós percebermos, para que possamos votar em consciência, é saber de que forma este processo se irá refletir no futuro de Águeda nos próximos anos e por isso Sr. Presidente, embora repetindo aquilo que o Engenheiro Hilário já aqui questionou, aquilo que quero



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

perguntar e gostava que o Executivo nos esclarecesse é precisamente quais são as verbas que estão previstas? Ou seja quais são os custos com esta transmissão de competências a nível da CIRA? Porque é isso que está aqui em causa, quais são os impactos que isso vai ter no concelho de Águeda? -----

-----E no que se refere aos custos, há duas questões a ter em consideração, não só os custos efetivos, com o processo de descentralização que a própria CIRA vai ter, mas também o envelope financeiro que o Governo está disponível para transferir, e é importante saber se indo aceitar estas competências, de que montantes é que nós estamos a falar? Quais as despesas que implica? E qual a receita que poderá também daí advir? -----

-----E depois, esta questão que me parece essencial, é: como é que, este processo de descentralização destas competências ao nível da CIRA se vai refletir no Concelho de Águeda? Qual é a estratégia que o Executivo da Câmara Municipal tem pensada, aproveitando esta oportunidade do processo de descentralização para o futuro e no âmbito das competências aqui previstas para CIRA, como é que isto se vai desenrolar, em concreto, no concelho de Águeda? Porque é isso que nos importa neste momento.”

----- **Carlos Filipe Correia Almeida – PSD;** -----

----- “Reafirmando o que disse aqui o Eng. Hilário, quanto à pertinência da descentralização, também nessa matéria comungo da sua opinião, com algumas reservas é certo, comungo e entendo que o papel do Estado é emanar Leis que se tornam gerais para o País, cabe pois aos segundos dois níveis, sejam Intermunicipais, sejam Municipais ou até em Freguesia, eu até vou mais longe, eu sou apologista do chamado condomínio de bairro porque é preciso estarmos cada vez mais próximos das pessoas, portanto eu saúdo, por princípio, esta questão.-----

----- No entanto, tenho algumas reservas. Por ter reservas, não só neste ponto, mas também no próximo, eu queria sugerir ao Sr. Presidente da Assembleia que, a deliberação desta Assembleia fosse feita diploma a diploma, pois penso que a Assembleia se deve pronunciar diploma a diploma.-----

-----Tenho muitas dúvidas e muitos receios sobre muitos dos diplomas que, de uma forma geral, vamos aqui analisar hoje, gostava que se ponderasse sobre essa questão.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD;** -----

----- “É só uma pequena nota, penso que o meu colega Carlos referiu-se somente e essencialmente ao segundo ponto, não ao primeiro, porquê, porque no primeiro basta que um dos pontos seja chumbado que já chumbou em toda a Assembleia Intermunicipal.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Qualquer um ao votarmos estes cinco juntos, ou um a um, basta que um chumbe que, automaticamente esta delegação de competências já não existe a nível da CIRA e portanto é redundante isto, e eu penso que se referia, essencialmente, ao segundo ponto.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Nós somos confrontados com um conjunto de Decretos, e agora uma palavra, a Sra. deputada encheu-me de esperança no momento, e depois desilusão imediatamente a seguir, porque chegou ali e disse: “eu sou a pessoa que estou mais à vontade para falar disso”, e eu pensava, sinceramente, que nos vinha esclarecer a todos. Quais são as grandes vantagens que de lá na Assembleia da Republica viram para estas matérias, afinal de contas é tudo muito bom, mas não se sabe muito bem o quê, e sobretudo a Sra que conhece especialmente bem o nosso território, também não sabe muito bem em que é que se enquadra, mas eu explico. -----

----- Relativamente a esta matéria queria-vos dizer o seguinte: a CIRA está a aceitar duas competências, isto está explicado na decisão, está a aceitar duas competências que afinal já tem, a questão da gestão dos Fundos Comunitários não é mais que o Pacto, o Pacto já está a ser gerido pela CIRA, e portanto os meios humanos e até a própria experiência a nível da Comunidade Intermunicipal, neste momento, já temos e já o fazemos. O mesmo se passa rigorosamente a nível do Turismo, a promoção da Ria de Aveiro e desta Região, tem vindo a ser feita com assinalável sucesso pela CIRA e naturalmente que precisamos de ter, integrados dentro desta mesma Região, todo um cuidado que já estamos a ter, no sentido de protegermos e fazermos lembrar que também hajam projetos para além da Ria.-----

----- É uma coisa que sistematicamente temos vindo a tocar e naturalmente que há aqui um conjunto de um vasto território que tem desde logo Águeda, Anadia, Oliveira do Bairro, Albergaria-a-Velha e Sever do Vouga que naturalmente, não se revêm tanto neste fenómeno e neste nome que é a Ria, e portanto estamos claramente a trabalhar e naturalmente que essa importância, ainda mais num número significativo de Municípios que são, nada mais, nada menos, do que cinco, onde Águeda, por ser o maior, nesta matéria, tem uma responsabilidade acrescida, e até dizer, que se calhar nesta matéria, tem todo um conjunto e todo um *know how* que pode também ajudar a por ao serviço dos outros, e portanto as duas situações em que a Comunidade Intermunicipal nos diz: “Ok, é a nossa intenção assumirmos”, estão aqui justificadas por serem coisas que já se fazem na Comunidade Intermunicipal.-----

----- As duas outra questões e, sobretudo a questão dos Tribunais, é aqui que o Eng. Hilário coloca a questão, será que a CIRA tem meios? Pois não, estamos completamente em branco nisto, precisamos de algum espaço de tempo para nos capacitar, até porque não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

vale a pena escamotearmos uma realidade, nós até junho vamos estar aqui a pronunciar-nos sobre assunção ou não destas competências em 2020, e depois segundo a lei de bases, em 2021 não há nada a fazer e portanto teremos que as aceitar mesmo.-----

----- Na parte que me compete e enquanto Presidente da Câmara, naturalmente que não vou estar aqui com medidas dilatórias durante muito tempo, vamos procurar, tão cedo quanto possível, assumir estas novas competências, até porque já no passado, com a educação, e vejam bem, saiu hoje em Diário da Republica o novo diploma que também regulamenta, e também sobre o qual temos que dar parecer, mas afinal de contas, vejam bem, vem atribuir, neste processo de descentralização, menos competências do que aquilo que no protocolo nós temos. O nosso protocolo vai um pouco mais longe do que esta descentralização que se prevê agora fazer para todos os Municípios.-----

-----Portanto, nós estamos com este cuidado a nível das competências Municipais e as da CIRA estão aqui perfeitamente explicadas, umas com falta de experiência e com falta de meios, nomeadamente a questão da Justiça, outra a dos Bombeiros pela enorme confusão que se passa neste momento, nos Bombeiros e acharmos todos que é mais prudente esperarmos um pouco para percebermos qual é o papel que o próprio Governo quer deixar para os Bombeiros, porque não se percebe muito bem, e toda a gente percebe que, claramente neste momento, é da ordem do dia toda esta negociação entre a Liga dos Bombeiros e o Governo e portanto, segundo as informações que temos irão continuar em março, eu penso que é prudente percebermos o que é que advirá daqui.-----

----- É esta a justificação, mais uma das que a própria CIRA dá e que nós encontramos com absoluto complemento para fazermos algo nas competências Municipais, depois podemos ter uma conversa relativamente aos Bombeiros porque é ligeiramente diferente. Mas aqui assim, desta maneira, sobra-nos, naturalmente, a competência da Justiça onde efetivamente nós não temos, e a própria CIRA e os Municípios não têm experiência nenhuma nesta matéria, precisam olhar bem para ver como é que funciona, e capacitarem-se para poder abraçar este tipo de responsabilidades.-----

----- É só isto, e a tal coerência de que eu vos falo, tem muito que ver com processos e com a experiência que temos, e sobretudo, lá vem por trás esta indefinição relativamente à forma como isto se vai transpor e sobretudo ao tal pacote financeiro que toda a gente faz aqui artes mágicas para tentar adivinhar e que é isso mesmo, temos que tentar adivinhar” -----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida – PSD;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente percebi o que disse o meu colega Hilário, os partidos funcionam mesmo assim e é importante que assim sejam. Eu devo-lhe confessar que não estou disposto a comer o prato que me servem e dizer gostas ou não gostas. Comungo todas as preocupações e Sr. Presidente da Câmara, devo-lhe confessar a pretexto, que há um ditado popular que diz que cadelas apressadas...e recuso-me a dizer o resto que com certeza todos sabem, e aliás foram estas cadelas apressadas que em dois mil e troca o passo, pariram uma coisa chamada AdRA que o Sr. Presidente lembra-se com certeza, eu fui absolutamente contra.-----

----- E por achar que temos tempo devemos, no mínimo, ser cautelosos porque há uma coisa, em princípio que todos nós temos que entender, independentemente do que pensamos que vai acontecer no futuro, não aceitar este ano pode ser alterado para aceita-lo no próprio ano e para sermos obrigados a aceita-lo no ano a seguir, é assim não é Sr. Presidente? Aceita-lo este ano vincula-nos para o ano seguinte.-----

----- Dizem os contabilistas, e o meu colega Paulo vai com certeza comungar do que eu digo, há o princípio da prudência, se temos dúvidas, temos cautelas. -----

----- Sobre esta matéria eu queria lembrar-vos o seguinte: reconheço todos os méritos da CIRA, estou tão à vontade, que nem faço parte dela, lembro-vos que acho muito, muito bonito a Ria de Aveiro, aliás ainda acho mais eloquente e poético o que li, vindo quer da CIRA, quer também do que disse o Sr. Presidente, mas também não me esqueço aquilo que foi a nossa última experiência em termos de Pateira de Fermentelos, e devo confessar Sr. Presidente, como Aguedense, e tal como lhe disse aqui no orçamento, sinto-me muito dividido, sinto-me efetivamente muito dividido, e na dúvida, sendo sempre possível no próximo ano tomar posição diferente, eu preciso estar plenamente convicto que este é o caminho, queira à CIRA, queira o Sr. António Costa, queira quem o entender, nós estamos num País livre em que cada um de nós pensa, e cá estamos para assumir as nossas responsabilidades.-----

----- Dir-me-ão só apenas se é possível, se não é, porque efetivamente eu não conheço, se é possível nós votarmos alínea a alínea, se vamos comer o menu diário que nos impõem para que eu em consciência, depois de vos ouvir a todos, possa fazer uma análise.” -----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Sr. Presidente da Câmara Municipal, à semelhança daquilo que aconteceu aqui à uns meses atrás, o Sr. Presidente mais uma vez respondendo a uma pergunta que eu lhe coloquei, decidiu fazê-lo de uma forma agressiva, e de certa forma procurando ofender-me, coisa que o Sr. Presidente não conseguiu, desde já lhe digo. E Sr. Presidente, isto para lhe dizer que, infelizmente às vezes, as pessoas não aprendem com o passado e, Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Presidente, à semelhança também daquilo que aconteceu aqui, quase à cerca de dois anos atrás, quando eu lhe perguntava, na altura em outras circunstâncias, o que é que pensava fazer em relação ao Concelho de Águeda? Ao futuro de Águeda? Mais uma vez, a resposta que me deu hoje, como deu naquela altura, foi uma resposta que soube a pouco, uma resposta vazia, e aquilo que eu lhe perguntei Sr. Presidente foi muito simples, o que é que está em causa para o Concelho de Águeda? Quais são os custos que estão em causa da transferência de competências na CIRA? O que é que está em causa para receber? A despesa que tem que ser feita? E como é que isso se vai refletir no Concelho de Águeda?---

----- Há aqui duas questões fundamentais para o nosso Concelho Sr. Presidente, e era sobre isso que eu estava à espera, aliás era isso que se exigia a um Presidente de Câmara que aqui hoje nos falasse.-----

----- Primeiro, no que se refere a Turismo, o que eu estava à espera que o Sr. Presidente da Câmara nos falasse de forma concreta, era de facto o que é que está pensado em relação, por exemplo, à nossa Pateira, aos nossos Rios, o que é que está pensado neste quadro global de investimento para o futuro?-----

----- Também estava à espera que nos falasse do que é que está previsto na Justiça? Se há novos edifícios que estão projetados, o que é que está previsto fazer-se em Águeda? A questão do Juízo de Instrução Criminal que, desde já lhe digo que a situação não está a ser fácil, e Águeda pode efetivamente ter perdido o Juízo de Instrução Criminal, e de facto era isso que eu estava à espera que o Sr. Presidente aqui nos esclarecesse hoje, porque de facto a descentralização de competências é uma coisa positiva, é uma coisa boa e é uma coisa que o Governo quer. Mas é importante que do outro lado também hajam Municípios, Executivos Camarários, e não só, também no âmbito das Comunidades Intermunicipais, que tenham capacidade para desempenhar essas mesmas competências e que as possam executar de forma capaz, de forma eficaz e de forma eficiente. O que está em causa é isto, o que está aqui em causa não é se a transferência de competências, se este processo de descentralização, é ou não é bom, porque, eu creio que isso já todos acordamos que sim, que é bom, agora o que nós temos aqui que aferir é perante os dados, que nos são dados, quer os que nos são remetidos pela CIRA, quer aqueles que o Sr. Presidente nos vai aqui hoje transmitir para que nos possa também elucidar quanto ao futuro. O que importa, aqui perceber é se, de facto, a Câmara Municipal de Águeda tem, ou não tem, capacidade, tem ou não tem, perspectiva de futuro para aceitar essas mesmas competências, Sr. Presidente, e é apenas isto, e só, que eu de forma calma e educada gostava de saber da sua parte.” ----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** -CDS: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Inicialmente eu tinha-me inscrito para falar sobre a proposta de votação individual das propostas, o que me parece fazer todo o sentido até porque me assalta sempre a seguinte dúvida, tendo em conta que aquilo que a Lei pede, que a Assembleia diga é se, não aceita a transferência de competências, porque para aceitar bastava nem sequer fazer esta Assembleia, e aceitava-se automaticamente.-----

----- Interessa saber qual é a consequência de uma votação que reprove a proposta que vem da Comunidade Intermunicipal porque seria mais simples saber, se essa proposta aceitasse todas ou dissesse que preferia não aceitar este ano todas as transferências de competências, mas não, é um mix, são quatro, duas pretende aceitar, e outras duas pretende rejeitar, e aqui é que está a dificuldade. Dificuldade, no caso de a Assembleia, por maioria, votando a proposta toda num conjunto é decidir reprová-la, porque a consequência disso é que na prática corresponde a uma aprovação de todas as propostas.-----

----- Pode haver outro entendimento, mas é minha opinião, porque não existe uma pronúncia de não aceitação que aquilo que a Lei quer especificamente, bem sei que a DGAL tem formulários específicos que são muito espartanos no tipo de informação que neles pode caber, e bem sei que o Sr. Presidente da Câmara comprometeu-se, e posso dizê-lo publicamente, foi numa reunião que estava marcada com todos os líderes municipais, comprometeu-se, para obviar esta questão, a enviar para a DGAL o sentido de voto desta Assembleia e não o seu voto concreto, é uma forma de resolver o problema, simplesmente, Sr Presidente da Câmara não tem esse domínio sobre a CIRA, certo? Presumo eu, e portanto penso que são quatro propostas, seria mais cauteloso de facto separá-las e podermos pronunciar, e já agora quem entender que há uma determinada proposta de aceitação que não deve ser aprovada, deve fazer uma contra proposta de não aceitação porque se não o efeito da reprovação da proposta de aceitação não garante o efeito pretendido, salvo melhor opinião.-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Enquanto jurista e aquilo que estudei sobre esta matéria digo o seguinte, entendo que, nos termos da Lei, esta proposta da CIRA tem que ser votada conforme ela nos é apresentada. Estou a falar desta proposta da CIRA, nós não temos legitimidade para proceder a qualquer tipo de alteração nesta proposta, este é o meu entendimento, mas como vos digo a Assembleia é unânime, se decidirem outro entendimento, não é esse o meu entendimento, e com certeza que se for outro entendimento terei de fazer declaração de voto e dizer que não é esse o meu entendimento, mas quanto à CIRA, ao contrário das que vamos tratar a seguir, claramente a Assembleia Municipal pode alterar a proposta da Câmara Municipal, a questão da votação é outro assunto, mas pode apresentar propostas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de alterações aqui, ali, não prevê qualquer tipo de proposta de alteração, por isso, o meu entendimento é muito claro relativamente à CIRA, a proposta que é apresentada pela CIRA tem que ser votada conforme ela nos é apresentada.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira -CDS:** -----

----- “Sr. Presidente, entendi o que disse, e o Sr. naturalmente, sobre esta matéria é mais conhecedor do que eu, mas naturalmente, pode haver uma proposta alternativa que a Lei permita. A Lei diz claramente que as Assembleias Municipais se pronunciam, o que conta é a pronuncia da Assembleia Municipal, qualquer elemento desta Assembleia se pode levantar, vir aqui fazer uma proposta que terá de ser votada em alternativa à da CIRA, presumo eu Sr. Presidente por favor esclareça”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia:** -----

----- “Esclareço com certeza, nos termos do 25º., nº.3 é claro, fala lá exclusivamente, “proposta apresentada pela Câmara Municipal”, nunca fala, em momento algum, na proposta apresentada pela Comunidade Intermunicipal, por isso, na minha modesta opinião, mantenho a posição. A Lei é clara quanto a esse aspeto, não existe nada que permita a esta Assembleia alterar uma proposta que venha da CIRA, e ela tem que ser votada, na minha modesta opinião, conforme ela vem, mas volto a dizer, estamos aqui em Assembleia. A Assembleia é unânime, sendo certo que, obviamente que se não for esse o entendimento eu, e quem entender, fará declarações de voto no sentido de não concordar com aquilo que se vai, eventualmente, aprovar ou não.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

----- “Primeira nota, sobre o que acabamos de discutir, e segunda sobre as respostas do Sr. Presidente.-----

----- A primeira nota sobre o que acabamos de discutir, não sou jurista, mas mantenho aquele entendimento inicial que é o seguinte: nós temos que nos pronunciar sobre a proposta da CIRA, e portanto, nós não temos aqui competência para alterar a proposta da CIRA, esta é a minha opinião.-----

----- Qualquer um de nós pode chegar aqui e apresentar uma proposta alternativa, mas o que vai acontecer é que, por exemplo, amanhã, na Assembleia Intermunicipal da CIRA isto vai ser votado em conjunto, essa sim tem competência para apresentar uma proposta de alteração do seu método de votação, nós aqui se levamos com uma votação, três a favor e um contra, como é que isto é interpretado? Se é necessário que as Assembleias Municipais, todas elas, tenham votação por unanimidade, não sei bem como é que isto é, se não vai aqui dar algum imbróglio jurídico, mas isto é a minha opinião sobre este assunto, por isso é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que eu disse, votação em conjunto, mas entendo perfeitamente, e acho que aqui sim, a CIRA talvez não se tenha acautelado bem nisto, é que se daqui sair uma votação contrária, e nós podemos fazer um voto contra, porque nós estamos de acordo com a Justiça ou não estamos de acordo com os Fundos Comunitários ou o que seja, automaticamente faz com que a CIRA seja obrigada a aceitar estas quatro competências, porque nós se não nos pronunciarmos a dizer que não aceitamos a competência, então a competência é tacitamente aceite, é isto que está aqui em causa, se nós votarmos contra isto, automaticamente a CIRA tem que aceitar as quatro. Entendo o que o Miguel diz e, faz todo o sentido mas, o que fazia sentido é que a CIRA, para mim, nos tivesse mandado a nós, para votarmos alínea a alínea a todas as Assembleias Municipais, isto não aconteceu, eu acho que nós aqui não temos outra possibilidade senão seguir aquilo que ela nos pede para votar, mas isto sou eu a dizer.-----

----- Sr. Presidente da Câmara, percebi tudo o que disse mas não respondeu à minha pergunta, concretamente, especificamente, primeiro, na área do Turismo, porque é que nós queremos aceitar esta competência, qual é o nosso projeto para aceitarmos esta competência? Nunca nos devemos esquecer disto, é que até junho voltaremos aqui a pronunciar-nos, e hoje estamos aqui mais uma vez, a fazer no último dia possível para aprovar isto, porque amanhã até às onze ou até ao meio dia, temos que transmitir à CIRA , depois há aqui quatro pessoas que também vão amanhã para a CIRA aprovar, isto é assim, tudo no último dia que não nos dá tempo sequer para termos um bocadinho de folga, e por isso estamos no limite, ou temos projetos claros e dizemos assim meus caros nós na área do Turismo, isto para nós é muito importante porque temos esta candidatura a pensar, temos este projeto para avançar, temos esta ideia para implementar, e isto é para implementar em 2019 e não podemos atrasar este processo, e eu compreendo esta urgência, não sabendo exatamente o que é que isto trás de positivo para Águeda, especificamente, eu tenho algumas dúvidas em aprovar esta proposta.-----

----- Similar, a mesma situação para os Fundos Europeus, no entanto os Fundos Europeus é diferente porque pode haver situações novas que neste momento ninguém na CIRA pode estar a acautelar.”

----- **Pedro Miguel Alpoim Marques** – Juntos; -----

----- “Quero referir duas ou três situações relativamente a este ponto. Este ponto foi estudado, foi analisado e foi votado, por unanimidade, por todos os Presidentes de Câmaras da CIRA. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Quero também referir, que dentro desses Presidentes de Câmaras existem várias cores políticas, ao existir várias cores políticas quero dizer que olharam para o interesse da população e não para o interesse político, quero também referir que em todas as Assembleias executadas, até agora, foi aprovado por unanimidade, e ao ser aprovado por unanimidade, só faltam duas ou três, e uma delas é a nossa. Nada mais tenho a acrescentar.” -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS:**-----

----- “Compartilho e gostava de partilhar completamente o seu otimismo, meu caro amigo, mas já há muito tempo que perdi ilusão que as pessoas em órgãos coligias se movem todas sempre com os mesmos interesses. -----

----- Sr. Presidente, o nosso caríssimo Hilário levantou aqui uma questão que é muito pertinente e que é a questão de base é que importa responder. -----

----- É que o Hilário disse que nós estamos aqui para apreciar a proposta da CIRA, mas não é isso que nós estamos aqui a fazer, nós estamos aqui para apreciar a proposta do Governo de transferência 2019, é o que diz no final, posso estar enganado, mas foi isso que entendi. O Governo por Decreto-Lei permitiu às Assembleias, e está previsto também na Lei 50, salvo erro, permitir às Assembleias gradualmente ir fazendo a aceitação da transferências destas competências, o que é natural, porque as Câmaras não têm todas as mesmas capacidades, porque o país é diverso, porque também faz sentido a aprovação deste tipo de transferências por Decreto-Lei uma vez que o próprio Governo, este ou outro que venha a seguir, pode proceder a ajustamentos que permita às Câmaras mais facilmente cumprir aquilo que lhes é pedido, mas a Assembleia aquilo que se deve pronunciar é sobre a aceitação das competências, tanto no âmbito Municipal, como no âmbito Intermunicipal em 2019. É isso que aqui está em cima da mesa, e se a proposta vem da CIRA ou se é feita por deputado municipal, aqui parece-me que é exatamente a mesma coisa, mas eu posso estar completamente equivocado”. -----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida – PSD;** -----

----- “Caro colega Pedro Alpoim, eu não pude deixar de ouvir o que disse, deixe-me dizer-lhe, as dúvidas que o Sr. Presidente da Câmara, que é profissional disto tem, e são legítimas, se eu estiver enganado ele que me corrija, já disse aqui algumas, também eu as tenho. Eu não sei de que partido é ele, eu sou social democrata, já agora também não sei qual é o seu, mas, há outra coisa que eu gostava de saber, sabe qual é? Porque arrelia-me sempre esta coisa. O senhor é Presidente de uma comissão desta Assembleia, certo? Qual é a opinião da sua comissão sobre esta matéria? O senhor consegue-me dizer? Porque é



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

assim, custa-me às vezes as pessoas darem banhos de moral aos outros, não me leve a mal por isto, mas é um facto.-----

----- Vamos ser concretos, eu não sou obrigado a ter a mesma opinião que o senhor. Há uns anos atrás, nesta mesma Assembleia, neste sítio que estou hoje, com pessoas que já não estão entre nós, depenaram-me, o senhor sabe o que é depenar? Porque eu não tinha a mesma opinião que o Senhor Presidente da Câmara, sobre AdRA. Depenaram-me, eu não quero correr esse risco. Acho que temos tempo se não assumirmos este ano, podemos assumir no ano a seguir, podemos ter opiniões divergentes diploma a diploma, isso é salutar. -----

----- Já agora, estamos todos, não me leve a mal a palavra, à rasca, somos uma geração à rasca. À rasca porque nos põem nesta posição, sejam eles sociais democratas, socialistas, do Bloco de Esquerda, o que quiser, eu não me sinto confortável para tomar esta decisão nestes moldes, é só isto que lhe quero dizer e com certeza que o Sr., se por momentos esquecer essa guerrilha, também em consciência, se é que estudou estes diplomas, não se sente minimamente confortável.-----

----- Votos de confiança nós andamos a dar, todos os santos dias, damos a toda a gente, seja ele do Bloco de Esquerda, seja do PSD, seja do PS e todos que me perdoem, mas nós estamos aqui para defender o nosso povo e vamos viver com essa decisão que vamos tomar.----- É legítimo ou não é nós termos dúvidas? Aliás deixe-me dizer-lhe a pretexto, eu estive numa reunião promovida pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, que desde já agradeço, em que eu lhe disse, que acho que esta Assembleia devia, se o senhor se lembra, não me vai deixar mentir, deve ser feita no dia 25, sexta-feira passada, tenho muitas, muitas dúvidas, tenho mais reservas do que tudo e mais uma vez estão a tentar, aliás hoje é típico do povo, esta é a nova ditadura que aí está.-----

----- Estamos no último dia, estamos a chegar aquele período em que tal tem que ser, e ou comes ou atenção ficas sem Fundos Comunitários, ou atenção ficas sem isto, ou atenção ficas sem aquilo. Isto é o quê? Isto é que é a verdadeira democracia? Eu estou cá para lidar com a decisão que em consciência tomar.-----

----- Desde já parabenizar a Carla, está numa função que não é fácil, e decidiu colocar à frente dos interesses do partido dela, os interesses do seu concelho. Podemos ter opiniões diversas mas é importante que mantenha essa mesma postura, porque isso é importante, até porquê? Porque nós, todos os dias nos cruzamos com as pessoas que estamos aqui a defender, e não o podemos fazer de uma forma leviana, eu pelo menos não me sinto capaz de o fazer assim. É só isto que eu queria dizer, portanto Pedro vais-me desculpar, mas é o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

seguinte, eu vou lutar, e em muitas coisas hei de estar ao lado do Sr. Presidente, aliás eu geralmente tendo em manter uma linha reta, não quer dizer que não me engane, portanto se ele for numa linha curva, com certeza vai-se cruzar comigo alguma vezes.-----

----- Há muitas dúvidas, há muitos receios em todos estes diplomas, estes agora, os que vamos ouvir a seguir que eu comungo inteiramente do que ele pensa, para além do que ele pensa, ele decide arriscar, eu tenho muitas dúvidas onde ele arrisca. E como nós temos tempo, já agora nessa democracia dita fantástica, nós em 2021 estamos condenados a aceitar aquilo que este Governo, ou o próximo que vier, seja ele liderado por quem quiser, somos obrigados a comer a paparoca que nos quiserem dar, e isso é muito mau.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Apenas dois pontos. Primeiro para lhe dizer que estou plenamente de acordo consigo no que se refere à forma de votação, o que aqui deve ser votado, hoje, e sem qualquer alteração, é a proposta da CIRA. Não faz qualquer sentido esta Assembleia Municipal estar a alterar uma proposta que é emanada por um órgão diferente, é a minha opinião e pelos vistos os dois juristas da sala têm a mesma opinião. Os senhores que não são juristas têm uma opinião diferente por isso há alguma coisa se calhar aqui, que pode não estar bem, mas isso sou eu que digo.-----

----- E depois para dizer aqui ao Sr. deputado Pedro Alpoim, uma coisa muito simples, eu tenho a sorte de militar um partido que sempre primou pela liberdade, pela liberdade de pensamento e até pela liberdade de voto. E, também tenho a sorte de militar um partido que sempre reconheceu a posição dos seus militantes, quando de facto o que está em causa são outro tipo de valores ou outros aspetos fundamentais como é neste caso, o interesse principal que é precisamente o interesse concelhio e das nossas populações. E aqui o que está em causa não é a proposta do Governo, o Governo não obriga ninguém a aceitar estas competências, era só o que faltava, o que o Governo diz é que este é um processo de transição até 2021, e até lá, Srs. Deputados Municipais, têm que se adaptar a esta nova realidade.-----

----- Aquilo que nós esperávamos neste processo, era que de facto nos fosse enviado, no que se refere a este ponto, por parte da CIRA, elementos eficientes que nos pudessem fazer decidir em consciência da utilidade e bondade desta proposta e designadamente no que se refere ao Concelho de Águeda.-----

----- Estão em causa os Fundos Comunitários, e então? Vai ser apresentada, por exemplo, alguma candidatura a um Fundo Comunitário para limpeza da Pateira? Para limpeza do Rio Cértima? Estão a pensar nisso? Está isso previsto? A questão que eu aqui coloquei e que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

ainda não foi respondida é precisamente qual é o impacto que isto vai ter para o Concelho de Águeda? E quais são os custos que daí vão decorrer? Foi uma pergunta simples à qual ainda não obtive resposta.” -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Só uma pequena correção, certamente que foi um lapso, é que temos mais juristas na sala, não somos só dois.” -----

----- **Pedro Miguel Alpoim Marques** – Juntos; -----

----- “Quero esclarecer aqui duas ou três situações. -----

----- Quando falei nos partidos, dissociei a pessoa do partido. A conclusão que eu tirei é que perante os Presidentes que estão na CIRA, como o nosso, que é profissional, há de haver ali gente competente pelo meio, ao haver gente competente que estudou, acharam o que era melhor para nós, foi a única conclusão que eu tirei. Não falei da minha opinião sobre os assuntos, foi uma conclusão lógica acerca deste assunto.” -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Sr. Presidente só venho aqui fazer uma pergunta sobre o método de votação, para ficarmos esclarecidos. Vamos votar isto em conjunto? O Sr. Presidente já vai responder às questões e a questão é esta, se votarmos a favor da proposta, o que estamos a dizer às pessoas é que não aceitamos as competência da Justiça, não aceitamos a competência dos Bombeiros e aceitamos a competência dos Fundos Comunitários e aceitamos a competência do Turismo? Isto se votarmos favoravelmente a proposta da Câmara. Se chumbarmos a proposta da CIRA, o que estamos a dizer, obrigatoriamente, é que a CIRA é obrigada a aceitar as quatro competências, o Turismo, os Fundos Comunitários, a Justiça e os Bombeiros, quer dizer, nós a nível dos Fundos Comunitários e do Turismo, qualquer proposta que a gente dê, tanto faz votar a favor como contra, ela é sempre aceite. Isto é o cúmulo da incongruência de todo este processo, é que nos trazem aqui uma votação em que podemos dizer sim ou não, mas é sempre sim, não vale a pena estarmos aqui a cantar muito. -----

----- Mas Sr. Presidente, independentemente da incongruência desta proposta, é muito mais importante para os Aguedenses sabermos quais são os planos que temos nestas duas áreas, porque ao aceita-lo, não pensou, com certeza nestas artimanhas que a Lei nos provoca, mas com certeza pensou no bem de Águeda, e nós queremos ouvir os projetos que tem previstos para Águeda, dentro destas áreas.” -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Sr. Presidente, com muita calma, devagarinho, para que a Senhora Deputada não diga que estou a ser agressivo, porque não é essa a minha intenção, tenho esta voz que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Deus me deu, efetivamente parece que até às vezes é um bocado mais aguda. Mas quando chegou e disse, “eu sou a pessoa que estou mais à vontade”, de uma forma que eu julguei genuína, até porque esteve na Assembleia e foi das primeiras pessoas a debater-se com estas matérias, estudou-as com toda a certeza profundamente e, portanto, entendi eu, que íamos ter aqui um esclarecimento, e sinceramente achei que era uma oportunidade fantástica que tínhamos.-----

----- Fiquei um bocadinho mais preocupado porque nem toda a gente leu estes diplomas e então vêm-me fazer perguntas como, o que é que vamos fazer na Pateira? -----

----- Eu queria-vos dizer que o que está em causa relativamente à promoção turística delegável na CIRA tem a ver com participar na definição e implementação do Plano Regional de Turismo a nível sub-regional, cuja iniciativa e responsabilidade de execução é competência das Entidades Regionais de Turismo do Centro de Portugal, portanto, as definições que até agora seriam no Turismo do Centro, passaram nesta subárea, para a Comunidade Intermunicipal, mas interessante, é uma coisa que já se faz neste momento. A CIRA já o faz e por isso é que se diz que se sente capacitada para os onze Presidentes que estão com as mãos na massa, naturalmente, eu não sou profissional, e não sou Presidente, ou estou Presidente, um dia qualquer deixarei de ser e naturalmente sem problema nenhum, porque é a vida e já outros cá estiveram e deixaram de ser e portanto estamos todos bem, eu não tenho a noção de ser Presidente eterno, isso até espero, sinceramente que até o da Venezuela também não seja eterno. Portanto, claramente estamos a falar aqui de uma competência que até agora era exercida pelo Turismo do Centro passa para a CIRA, mas, atenção passa, mas já vai sendo feita lá, já está a ser feita a promoção turística e portanto participar nesta definição, assegurar a promoção dos produtos e recursos turísticos sub-regionais no mercado interno tendo como enquadramento a estratégia turística regional, designadamente eventos de promoção turística. Recorrer a programas de financiamento nacionais e europeus para esta promoção. Gerir e implementar programas com financiamento nacional e ou europeu e definir eventos considerados âncora para a sub região e participar na sua organização.-----

----- Relativamente à questão da justiça, chegaram-me a perguntar aqui se vamos fazer edifícios, querem também que leia as competências que estão a ser descentralizadas?-----

----- Há aqui uma coisa clara que o Dr. Miguel Oliveira, parece-me a mim, que acertou, aquilo que nós devíamos estar aqui a discutir é, estes pacotes de descentralização do Governo, porque efetivamente, poderiam ter sido feitos de uma forma mais clara e nós poderíamos estar aqui todos muito mais à vontade a darmos inteiras respostas. Que nos fique absolutamente claro, a Associação Nacional dos Municípios nos pareceres que deu,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

está aí, por exemplo, posso-vos dizer que, no Porto, Rui Moreira disse, “eu não aceito nada”. O Presidente da Câmara de Vila Real e outros disseram, “eu aceito tudo”. Justificação para esta última, quando chegar a 2021, já estou treinado. Não estou a citar, porque foi exatamente isso que ele ontem disse em Famalicão, “já estou treinado”, e portanto é um bom argumento.

----- Nós procuramos duas ou três coisas aqui no meio desta situação e agora nós indiscriminadamente somos presos por ter cão e por não ter, veio-me à cabeça neste momento, o processo da discussão sobre a rede elétrica de baixa tensão e de iluminação pública, eu fui aqui crucificado porque estava a querer empurrar responsabilidades e fui lembrando aqui sempre, atenção, olhem que vamos ser só nós que estamos a tocar nisto, as Assembleias Municipais, de todos os Municípios aqui à volta, não tocaram o assunto e depois fui dizendo o seguinte, nós temos algumas razões acrescidas para tocarmos nisto, nomeadamente a questão da Casa do Povo de Valongo do Vouga, lembrem-se disto tudo? Parece que depois, mais tarde, toda a gente percebeu e ainda não veio ninguém lembrar, ou pelo menos monitorizar que as outras Assembleias Municipais, em nenhum outro lado aqui à volta, debateram este problema.-----

----- Temos Assembleias Municipais que já foram feitas sobre esta matéria, até vos posso dizer que uma foi feita em dezembro sem qualquer tipo de debate ou de debate que não seja este, e sabem uma coisa, parece-me que vale o mesmo.-----

----- Eu pedi ao Senhor Presidente da Assembleia para reunir as comissões e tentarmos dar informações técnicas, procurar com o decorrer do tempo que ficássemos mais capacitados para podermos ir ainda mais longe nesta proposta, mas depois, naturalmente que andamos no limite e andamos no limite tanto para a reunião do executivo, e há uma outra coisa que eu não quis fazer, e volto aqui a lembrar a questão da elétrica, eu tinha que trazer aqui uma proposta do município, claramente de acordo com a Lei 75, em plena competência, e portanto eu não podia de maneira nenhuma deixar de o fazer e fiz, mas quero-vos aqui sossegar, porque eu não faço questão nenhuma, não quero que se torne aqui muito menos uma questão de batalha entre nós relativamente a esta matéria, por uma razão muito simples, neste momento aquilo que eu fiz, a questão e a proposta que nós temos, disse-o aqui desde o princípio, procurei ser coerente, em todos os sítios procurei explicar o que é que tínhamos a ganhar e sobretudo aquilo que já tínhamos em curso, há um conjunto destas competências que nós já temos, e essas vamos aceitá-las ou não? Nós já as temos, há outros processos negociais que nós temos em curso e vocês querem-me dizer que em negociações que eu já trago em curso...eu e até o meu antecessor...se quiserem modificar,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o nosso projeto que apresentamos às populações não tem nada a ver com esta descentralização, não estávamos a contar com ela, aliás quando se falou em descentralização uma das áreas que muito me surpreendeu e eu pensava que não era por ali, aparecer logo neste pacote de descentralização, foi a questão do jogo que, parece-me a mim que são as rifas, entendem? Eu não pensei que isto fosse prioritário, mas também está aqui em discussão e sabem uma coisa? Nós não percebemos nada disso, em breve vamos perceber como é que há de ser, e naturalmente estaremos aqui para discutir a seguir. -----

----- Agora relativamente a esta questão da CIRA, voltei a dizer e expliquei muito bem, as duas áreas em que a CIRA aceita a delegação de competências e propõe aqui a aceitação, são duas áreas em que já tem competências nessa matéria e já está a trabalhar. Disse aqui e explique muito bem que, relativamente aos fundos europeus não é nada mais, nada menos, do que o pacto, toda a gente sabe o que é que é pacto, que está negociado e que está a ser gerido pela CIRA, são fundos comunitários europeus. -----

----- Estamos aqui a falar de duas áreas em que a CIRA já tem este tipo de responsabilidades e já assume competências nesta área, turismo e fundos comunitário. -----

----- Queria-vos dizer que é meu entendimento pessoal e naturalmente com todas as condições de poder vir a evoluir que na matéria dos tribunais a nossa Assembleia delibere aqui ficarmos nós com eles cá.

----- E aquilo que eu disse em reunião de líderes que houve aqui na Câmara na segunda-feira, que era uma oportunidade ótima para entre todos, esta Assembleia com todos os seus representantes, podermos discutir estas matérias e quem sabe ajudarem-nos inclusivamente através do mapa de pessoal da Câmara que pode ser e deve ser mudado para se apetrechar melhor para fazer face a estas novas realidades, podermos dar uma resposta bem capaz, porque temos aqui áreas bastante sensíveis na área da justiça que eu acho e para quem está preocupado com a ida embora do Juízo de Instrução Criminal. Já agora, fui recebido no Conselho Superior de Magistratura e no Tribunal de Aveiro, só. Nem a Senhora Secretária de Estado nem a Ministra tiveram a oportunidade de nos receber, e nestas duas instâncias, ficou absolutamente claro que a responsabilidade de fechar ou não fechar é política do Governo, portanto se acabarem em Águeda com o Juízo de Instrução Criminal que ninguém tenha dúvidas que foi o Governo do PS que o fechou, isso é absolutamente claro. Mais, não vale a pena estarmos aqui a tentar responsabilizar de outra forma porque reparam uma coisa, a mim nunca ninguém me perguntou nada, rigorosamente nada. É assim, e portanto não vale a pena estarmos aqui a colocar a bolota ao contrário porque ela rola mesmo.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Esta questão volto a dizer aqui com toda a tranquilidade, desculpem a subida de tom, mas é entusiasmo, não é mais do que isso, dizer-vos que, sinceramente, aquilo que entenderem adequado, face a todas estas indecisões, mudarem não é questão nenhuma que nos perturbe e muito menos que queiramos levar a peito. A única promessa que eu vos fiz aqui, desde logo no início, foi o seguinte, aquelas áreas em que sentimos que estamos mais capazes, dizemos sim, vamos a isto. aquelas em que sentimos que precisamos de nos preparar, vamo-nos preparar tão rapidamente quanto possível, para lhes podermos fazer face.-----

----- Aquilo que eu disse aqui, na reunião de líderes na segunda-feira, passo aqui para toda a Assembleia e digo, é uma oportunidade ótima para todos podermos trabalhar e fazermos efetivamente aqui a diferença”.-----

----- **Pedro Miguel Alpoim Marques** – Juntos; -----

----- “Há pouco esqueci-me de responder a uma pergunta do meu colega e amigo Carlos sobre a minha cor política, eu desde que voto, desde os meus dezoito anos, optei sempre votar nas pessoas que tenho mais afinidade e nas que mais confio para exercer o cargo, independentemente do partido que eles sejam, já votei em três ou quatro partidos pelo menos, desde que tenho dezoito anos.” -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Encerrado este período de comentários, de sugestões e discussões, vamos passar à votação da proposta, que todos vocês tiveram conhecimento, apresentada pela CIRA.----- Não havendo intervenções neste ponto da ordem de trabalhos, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria, com três votos contra do CDS, 11 abstenções 6 do PSD e 5 do PS, e 18 votos a favor, 4 do PSD, 1 do PS e 13 do Juntos, a proposta da Câmara Municipal sobre o Processo de Descentralização de Competências em consonância com a deliberação do Conselho Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro sobre o Processo de Descentralização de Competências (Lei nº 50/2018 de 16 de agosto.)

----- Foram feitas as seguintes declarações de voto: -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “O grupo municipal do PSD absteve-se pelas seguintes razões:-----

----- A primeira, porque votando contra estaria obrigatoriamente a fazer com que a CIRA fosse obrigada a aceitar duas competências que ela própria não queria aceitar e que o grupo municipal do PSD também entendia que não deveria aceitar.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- A segunda, porque a votação sobre o Turismo e sobre os Fundos Comunitários, tanto faz votar contra como a favor porque qualquer votação que nós tivéssemos iria implicar que a CIRA fosse obrigada a aceitar esta competência”. -----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira -CDS;**-----

----- “Sr. Presidente, o grupo municipal do CDS votou contra esta proposta por entender que ela é profundamente antidemocrática, não permite na Assembleia Municipal manifestar o seu sentido de vontade em relação a cada uma das áreas setoriais sobre as quais esta Assembleia é convocada a pronunciar-se. -----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;** -----

----- “Apenas para declarar que os quatro deputados eleitos pelo partido socialista na Assembleia Municipal de Águeda se abstiveram nesta votação apenas e só, porque não obstante concordarem com todo o processo de descentralização em curso, têm muitas dúvidas não só quanto aquilo que de facto está envolvido, quais são as efetivas competências que irão ser transferidas para a CIRA e em que condições é que essas mesmas competências irão ser desenvolvidas e depois o mais importante, persistem as dúvidas sobre a forma e os efeitos que essa mesma transferência de competências poderão ter no Concelho de Águeda.” -----

----- **2 –Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre o Processo de Descentralização de Competências (Lei nº 50/2018 de 16 de agosto)- transferência de competências para os órgãos municipais no ano de 2019.** -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia:** -----

----- “Antes de passar a palavra ao Senhor Presidente vou esclarecer o seguinte: -----

----- Não tenho qualquer tipo de dúvidas, são matérias que são da competência da Câmara Municipal, resulta claramente do artigo 33º., nº.1, alínea m) da Lei 75/2013 e que compete à Assembleia Municipal, sobre proposta da Câmara Municipal, nos termos do artigo 25º. da mesma Lei, nº.1, alínea k), deliberar sobre estas matérias. Também não há dúvidas nenhuma e assim diz o artigo 25º. nº. 3, da Lei 75/2013, que esta é uma daquelas matérias onde é possível a Assembleia apresentar e alterar a proposta da Câmara Municipal, e nessa medida, a proposta da Câmara Municipal, já se aperceberam, vem nos mesmos moldes da que acabamos de discutir e acabamos de aprovar, vem no seu conjunto, sendo certo que a mesma, relativamente a cada área é clara no que se refere à posição que o Executivo Municipal tomou e decidiu apresentar, nessa perspetiva, no decurso desta discussão que vamos abrir agora, é possível, para ficar claro, é possível apresentar propostas de alteração à proposta da Câmara Municipal, sendo apresentadas, são votadas, sendo votadas, se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

forem aprovadas, vão ser inseridas na proposta da Câmara Municipal e depois votaremos a proposta da Câmara Municipal com as alterações que foram aprovadas na sua globalidade.-

----- Penso que tentei ser claro, simples e rápido, por isso é assim que vamos processar, é assim que vamos avançar, sendo certo que vamos discutir, na mesma, assunto por assunto.” -----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Sr. Presidente, Srs. deputados volto a iniciar a minha explicação exatamente como a comecei, e sinceramente, eu acho que as propostas estão bastante claras e fundamentadas de acordo com as preocupações que tivemos em dar resposta a estes Decretos- Leis de descentralização, e naturalmente que as áreas em que pretendemos assumir, a justificação está perfeitamente, eu posso eventualmente dizer em voz alta o que está escrito, complementar com uma ou outra informação, mas penso que se querem iniciar o debate faz mais sentido, volto a dizer, que naturalmente, apesar de algumas dúvidas, quisemos ser sempre coerentes, primeiro as competências que efetivamente já temos.-----

----- Agora a minha resposta ao Sr. Presidente da Junta do Préstimo e Macieira de Alcôba dizer-lhe que, naturalmente que se quiserem as Juntas Freguesia podem ter a possibilidade de acordo com este Decreto de fazerem diretamente os acordos com o Estado relativamente à questão do Espaço Cidadão.----- Relativamente ao processo negocial, que é efetivamente e afinal a mesma coisa que está em curso connosco, aquilo que foi acordado em outubro, na reunião que tivemos em conjunto com todos os Presidente de Junta, foi que em fevereiro, e ficou marcada desde esse dia, para o dia um de fevereiro, onde vamos naturalmente encerrar esse processo negocial e no programa de dotações que faremos para este ano indo levar essas dotações para o funcionamento do Espaço Cidadão, estamos única e exclusivamente, e já o tinha dito noutras Assembleias, a fazer aquilo que ficou acordado entre todos, só e apenas.” -----

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF do Préstimo e Macieira de Alcôba: -----

----- “Foi aqui dito pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal, que a Câmara iria fazer aquilo que ficou acordado em outubro entre Presidentes de Junta, mas diz também que nós nos vamos reunir no dia um de fevereiro para falarmos sobre o assunto. Dia um já é depois desta votação, eu preciso de saber o que é que vai acontecer connosco antes, porque eu estou aqui sentado para defender os interesses da minha Junta de Freguesia em primeiro lugar, eu quero saber se o acordo com a Câmara Municipal é melhor ou pior que este acordo que eu vou votar agora aqui. Mais, eu estive presente, junto com os meus colegas, em outubro, e não sei o que é que ficou acordado. O único acordo que eu tenho com a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Câmara Municipal foi duzentos euros por posto, o que ficou acordado em outubro foi que nós iríamos receber este ano o valor de cada posto, com efeitos retroativos a outubro do ano passado, ou seja, neste momento, a minha Junta de Freguesia já tem haver dois mil e quatrocentos euros. Portanto o que eu quero saber é, aquilo que nós vamos votar aqui para a minha Junta e para a dos meus colegas, é para se manter na Câmara Municipal, caso isso seja aprovado, sim ou não? Será duzentos euros por posto, sim ou não? O pagamento com efeitos retroativos a outubro do ano passado vai ser pago, pelo menos, até ao dia de hoje, sim ou não? Portanto, é isso que eu quero saber, eu não quero respostas vagas Sr. Presidente, eu quero respostas assertivas, eu tenho despesas para pagar da minha Junta de Freguesia, eu não sei como é que os meus colegas fazem os seus orçamentos, mas eu sei como faço o meu, e a partir do momento que a Câmara Municipal me diz a mim que tem efeito retroativos do ano passado, eu no orçamento da receita já lá ponho o valor, e já me ponho a gastar dinheiro, e portanto já foi isso que eu comecei a fazer este ano.----- Um mês já lá vai, e é só isso que eu quero saber, antes de votar, há pontos que eu me interessei mais e outros interessam-me pouco. Eu também acho, e o Sr. Presidente da Assembleia Municipal falou à pouco, no ponto anterior que não tinha dúvidas nenhuma, que no ponto anterior não podia haver desistência relativamente a votação, mas neste pode, neste pode haver alteração, e nós podemos votar ponto a ponto, e portanto se eu não concordar com um ponto, e se eu votar contra, nós vamos ter que comer com todos os pontos. Ou melhor, vamos ter que comer com as nove competências, porque a Câmara Municipal aceita três, rejeita seis, se eu votar contra, só porque eu não concordo com este ponto relativamente, por exemplo, ao Espaço Cidadão, nós em Águeda vamos ter que aceitar as nove delegações de competências, o que não está correto, e portanto eu acho na minha ótica, que devemos votar ponto a ponto, porque se isto for rejeitado nós aceitamos é todos, essa uma ideia, mas eu gostava, sinceramente, porque esta dúvida não é só minha, nós somos onze Presidentes de Junta que aqui estamos, e queremos saber com o que contamos. Se contamos com o acordo da Câmara, se o acordo da Câmara é duzentos euros por posto, foi aquilo que disse o Dr. Gil Nadais, foi com isso que eu abri a porta da minha Freguesia para receber o Espaço Cidadão porque se não for isto, se não for aquilo que acordaram comigo e se não for dito aqui isto hoje, amanhã podem mandar as viaturas da Câmara Municipal recolher o Espaço Cidadão na minha Junta de Freguesia. Porque há uma responsabilidade muito grande ter lá aquilo, temos que andar a mexer com dinheiro que não é nosso, e eu aceitei por um determinado valor, se esse valor vier a ser reduzido eu não aceito”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Brito António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia: -----

“Vou voltar a esclarecer, parece que ficaram ainda algumas dúvidas, a proposta da Câmara Municipal, neste ponto em si, pode ser alterada, e pode ser alterada por um qualquer deputado da Assembleia Municipal que entenda apresentar uma proposta de alteração que vai ser sujeita a votação, como pode ser alterada por um grupo municipal, por vários grupos municipais, conforme entenderem, tudo isso ser apresentado à mesa como proposta para ser votada, e se ela for favorável irá fazer parte da proposta da Câmara Municipal a ser votada a final, se for chumbada, continua a valer a proposta da Câmara Municipal.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “ Sr. Presidente temos uma proposta da Câmara Municipal que tem várias alíneas a minha pergunta é, nós queremos apresentar uma proposta para que seja votado Decreto-Lei a Decreto-Lei , alínea a alínea, separadamente, é possível apresentar esta proposta sim ou não? “-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

-----“Neste momento não”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “ Temos que votar sempre em conjunto?” -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Sr. deputado é assim, a proposta da Câmara Municipal apresentada pode ser alterada até na totalidade, nós podemos chegar aqui e entender que até os nove pontos que eles decidiram assumir e não assumiram nós trocamos isto tudo ao contrário, mas a proposta que vai é a proposta da Câmara com as aprovações que aqui resultarem”.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Sr. Presidente posso fazer mais uma pergunta? Se eu posso alterar a proposta da Câmara, a minha proposta é propor que a proposta da Câmara seja votada Decreto-Lei a Decreto- Lei, é uma alteração à proposta da Câmara. A Câmara trás a proposta em conjunto e nós apresentamos neste momento, o PSD está a apresentar uma proposta para alterar a proposta da Câmara, e o que é que consta, consta para não fazer a votação em conjunto mas, fazer a votação separada, Decreto-lei a Decreto-lei. É a nossa proposta neste momento Sr. Presidente.-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Posso esclarecer? Meus Senhores e minhas Senhoras, há determinadas matérias que de acordo com a lei, as proposta não podem ser alteradas aqui na Assembleia Municipal. Não é o caso e portanto, Decreto a Decreto, como queiram há uma proposta e a essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

proposta, pode ser feitas propostas em sentido contrário, ou seja se não suscitar nos termos onde não suscita rigorosamente nada vai dar ao mesmo eu o que não sei em termos formais, e os senhores também não, é se chumbarem aquela proposta do Executivo isso representa o quê? Porque afinal de contas não veio, conforme é a lei, uma proposta aqui noutra sentido desagregam isso, eu diria que é inócuo não tem qualquer sombra de risco e podem não fazer artigo a artigo a dizer a Câmara diz assumir esta, vocês diziam uma proposta para não assumir, vai à votação se passou altera, se não passou não altera, desculpem lá, eu não consigo perceber qual é a dificuldade. Acho que o resultado é rigorosamente o mesmo.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

----- “Sr. Presidente venho aqui esclarecer pela última vez, é-nos apresentada uma proposta pela Câmara no seu conjunto, a mesma história de à bocado, se votarmos a favor da proposta é a proposta da Câmara penso que são seis competências para recusar e três para aceitar, mais coisa, menos coisa, o que está, são votadas todas as competências todas na globalidade, foi assim que percebi, se votarmos a proposta da Câmara como está e a proposta da Câmara tem um conjunto de competências que se aceita e um conjunto que se recusa e portanto, se esta proposta da Câmara for votada favoravelmente esse conjunto de competências que se aceita, estão aceites e as que se recusam estão recusadas. Se a proposta da Câmara for chumbada, todas as competências que hoje aqui são trazidas, automaticamente aceites pela Câmara, porque a Câmara para não aceitar competência tem que se pronunciar contra a competência, não se esqueçam desse facto, estou a pensar bem ou mal?” -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia:** -----

----- “Está a pensar muito bem, só que é assim, se ninguém apresentar uma proposta de alteração é porque aceitaram a proposta da Câmara.” -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

----- “Sr. Presidente tenha calma, não, não é isso, eu só estou a explicar o seguinte, qual é a consequência de nós aprovarmos a proposta da Câmara? Se votarmos favoravelmente é o que ela definiu, se votarmos contra todas as competências serão automaticamente aceites pela Câmara, aquelas que ela quer aceitar e aquelas que ela não quer aceitar da maneira como está, por isso mesmo é que o PSD apresenta aqui uma proposta para que seja votado os decretos- leis, decreto-lei por decreto-lei, e, assim automaticamente a situação fica resolvida. É possível assim? Umas competências nós aceitarmos e outras não?-----

----- Senhor Presidente, nós apresentamos uma proposta de alteração à proposta da Câmara.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Perceberam a proposta do engenheiro Hilário do PSD? Então vamos passar à votação.”----- Colocada à votação a proposta do PSD, para que a proposta apresentada pela Câmara fosse votada alínea a alínea, foi a mesma aprovada por maioria.

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- Relativamente aos pareceres das comissões, da comissão de urbanismo não havia qualquer tipo de trabalho a fazer, julgo eu, pois não recebi nenhuma comunicação.-----

----- Da segunda comissão de economia e finanças, serviços municipais não houve conclusões, houve várias interpretações, vários entendimentos, mas conclusões não me chegou nenhuma .-----

----- Da terceira comissão, relativamente à educação, juventude, desporto, cultura, laser e turismo, a conclusão foi “não dar parecer positivo à descentralização no domínio da exploração de modalidades e afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, por isso é de rejeição desta delegação de competências”.-----

----- Relativamente à quarta comissão permanente de solidariedade, cidadania, inclusão, igualdade de géneros, segurança pública e saúde pública, tem aqui duas matérias, uma delas diz respeito ao Decreto-Lei das Lojas de Cidadão, Espaço de Cidadão e dos Institutos de Gestão de Gabinetes de Apoio aos Imigrantes e conclui, conclui “é de atribuir, deliberou por maioria, com o voto contra Senhora deputada Ana Rita Carlos, dar parecer favorável à aceitação da transferência de competências em 2019 prevista no Decreto-Lei 101/2018, no que respeita ao Município de Águeda”.-----

----- Existe um segundo parecer desta comissão relativamente à justiça que conclui o seguinte, “tudo considerado, esta comissão deliberou, por maioria com o voto contra do membro Miguel Oliveira, atribuir parecer desfavorável à aceitação da transferência de competências em 2019, prevista no artigo 7º. do Decreto-Lei 101/2018 no que respeita ao Município de Águeda, e deliberou, por unanimidade, atribuir parecer favorável à aceitação da transferência de competências em 2019 prevista neste mesmo artigo, no que respeita à Comunidade Intermunicipal. O parecer global foi no sentido, de esta comissão deliberou por unanimidade atribuir parecer desfavorável à aceitação de transferência de competências em 2019 prevista no Decreto-Lei nº.101/2018 no que respeita à Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro”.-----

----- Já dei conhecimento dos pareceres, vou dar novamente a palavra a quem entender usar”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** -CDS;------



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Sr. Presidente eu entendo, não me leve a mal esta observação, mas eu entendo que deveria valorizar mais os pareceres que pediu às Comissões, porque efetivamente não tenho acesso ao meu e-mail desde as seis da tarde, e portanto não sei que pareceres é que podem ter sido enviados pelas outras Comissões acho que há interesse e tomei conhecimento por exemplo, da pronuncia em relação à questão dos jogos e da outra, porque eu não tinha conhecimento.-----

----- Sr. Presidente eu não estou a criticar por isso, eu entendo é que uma vez clarificada a questão do procedimento que se vai fazer para apreciação da matéria a primeira coisa a fazer, desculpe, será efetivamente dar conta dos pareceres como agora se fez para nós podermos inteirar-nos daquilo que, por limitação do tempo não foi possível, ou por parte das pessoas que estão nas Comissões ou pela nossa impossibilidade de acedermos ao e-mail e recebermos a informação, esta é uma questão.-----

----- Outra questão, embora se tenha enganado, o senhor referiu que a segunda Comissão enviou-lhe um parecer às cinco da tarde, efetivamente enviou-lhe um às cinco da tarde, enviou outro às três da tarde, a intervenção seria enviar os dois pareceres juntos e não separados, ocorre Sr. Presidente, não leve a mal também por isto, que eu próprio apresentei aqui em outubro, uma moção em nome do grupo municipal do CDS, em que por uma questão de precaução, se pretendia que a Assembleia Municipal votasse a rejeição, uma moção de rejeição da transferência de competências até à publicação e ao conhecimento concreto dos Decretos- Lei Regulamentares, altura em que então a Assembleia Municipal podia reapreciar matéria como entretanto fez, e dizia também essa moção, pedia que as Comissões reunissem, comesçassem a reunir imediatamente, para tratar dos assuntos no que respeitasse aquilo que já estava publicado. Nós sabemos que a Lei 50 enumera uma série de áreas, e portanto, olhe vou dar-lhe um exemplo, Julgados de Paz não era uma questão que não se conhecesse que iria ser transferida agora para o domínio das Entidades Intermunicipais e das Câmara Municipais, esse trabalho poderia ter sido iniciado. Sr. Presidente, também sabe que no que respeita especificamente à quarta Comissão foi pedido um parecer importante, exatamente em relação exatamente à questão dos Julgados de Paz para podermos tomar decisões, e como esse parecer não chegou em devido tempo certamente estamos muito em cima da hora, porque não foi possível, porque certamente quem teria de dar esse parecer não conseguiu resolver a questão a tempo, a questão é que nós tivemos, por uma questão de precaução e salvaguarda da autonomia maior possível para o Município, aprecia-lo de forma a não aceitar a delegação de competências este ano, quer dizer esta é a apreciação da Comissão, a apreciação da Assembleia nós conheceremos a seguir, mas é bom que se entenda que os Decretos-Lei estiveram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

publicados desde novembro, início de dezembro e as Comissões foram chamadas ao trabalho, por volta de meados deste mês Senhor Presidente, sim dia catorze, se não estou em erro ou terá sido dia dezoito, não é difícil perceber porque é que algumas comissões podem ter tido dificuldade em emitir pareceres, eram muitas matérias, as matérias são complexas, eu não estou a falar da minha, a minha, por acaso até conseguiu emitir, mas nós tínhamos que emitir duas, haviam Comissões que estavam encarregues de mais matérias e é naturalmente difícil quando as pessoas estão ocupadas com a sua vida inteirar-se todas com profundidade dos assuntos e emitirem os pareceres atempadamente, de qualquer forma julgo que é útil que esta Assembleia conheça as razões porque vou dar-lhe um exemplo muito simples, no que respeita à matéria da criação dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, a proposta da Câmara Municipal é praticamente omissa. Não diz praticamente nada sobre isso, é uma questão importantíssima há mais de cento e vinte e três haverá agora, neste momento mais de cento e vinte e três Gabinetes a funcionar, estão protocolados cento e quarenta e seis, mas há cento e vinte e três Gabinetes de Apoio ao Município a funcionar em Autarquias e até há uma publicação, tem três páginas, com cada uma das Autarquias, e Águeda não está lá. E Águeda que é uma terra de imigração e também de emigração das duas coisas, é uma terra de movimentos migratórios, Águeda não tem respostas neste campo quando já as podia ter e já as podia ter protocolado, e tem agora uma possibilidade, a meu ver, mas essa é minha opinião, de suprir essa falta, nós temos dados que são bastante preocupantes eu vou procurando alertar mas também Senhor Presidente é bom que se diga. Quer outro exemplo, o parecer que a Câmara Municipal nos enviou não trata com fidelidade aquilo que se passa em termos de população estrangeira residente no Município de Águeda, diz que a população no Município de Águeda está a crescer continuamente desde 2011 até 2017 com números do SEF de 2018, mas se nós formos a ver esses números aquilo que verificamos é que a população estrangeira residente no Município de Águeda está a cair continuamente desde 2009 até 2017 tem havido praticamente uma estagnação nos últimos três anos, mas tem vindo permanentemente a cair, houve ali uma confusão dos serviços com duas fontes estatísticas e com os dados que estavam a apresentar, esta perceção que nós temos é importante mas não podemos desprezar a outra, é que nós sabemos que neste momento estamos a ter um influxo grande, uma demanda grande por parte dos refugiados, temos de os tratar assim, infelizmente, refugiados da situação política e económica da Venezuela, que muitos são nossos compatriotas e portanto serão portugueses não serão estrangeiros outros já serão estrangeiros, mas muitos deles têm dificuldade no domínio da língua e necessitam mesmo deste auxílio por parte das Câmaras Municipais até porque é insuficiência do SEF neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

momento poder resolver estes problemas e são problemas socialmente relevantes, socialmente importantes e a Câmara Municipal agora vai ter oportunidade de lhes dar resposta.” -----

----- **António Jorge Pereira de Oliveira** – PS; -----

----- “A transferência de competências para os Municípios deverá ser encarada como uma oportunidade de melhoria de serviços prestados aos cidadãos, pois permite intervenções proximidade nas diversas áreas setoriais passaram a ser tituladas pelas Autarquias. Não tenho grande dificuldade em aceitar que a Câmara Municipal tenha decidido adotar uma postura prudente e traga a esta Assembleia uma proposta onde recusa aceitar a maioria das competências que o Governo Central se propõe passar para os Municípios. Jogos de Fortuna ou Azar, Justiça, Associações de Bombeiros , Habitação e Património Imobiliário Público, são áreas onde será necessário colocar mais meios humanos, financeiros e técnicos que implicaram alterações significativas na estrutura da Câmara Municipal. Também acho que todo este processos foi conduzido sem terem sido ponderados e esclarecidos muitos aspetos que são importantes para que a transferência decorra com toda a normalidade para que as Autarquias saibam com o que podem contar nomeadamente em termos do quadro financeiro dos meios a transferir pelo Governo Central para as delegações de

competências.----- Das competência que este executivo decidiu não assumir não mencionei e não foi por esquecimento as praias marítimas, fluviais e lacustres, neste caso e porque não temos no nosso Concelho praias fluviais, lacustres e muito menos marítimas, não entendo porque não assumimos esta competência uma vez que não havendo praias nem áreas classificadas como águas balneares salvo melhor entendimento, não seria necessários investimentos significativos. Se eu estiver errado agradeço ao Senhor Presidente que me corrija. Como as transferências de competências serão obrigatórias a partir do dia um de janeiro de 2021 teríamos dois anos de avanço para estudar todos os aspetos e investimentos necessários. Não temos praias, mas temos cinco rios e a maior lagoa natural da Península Ibérica, existem vários parques fluviais no Concelho onde têm sido feitos alguns investimentos ao longo dos anos embora manifestamente insuficientes .Algumas das competências que agora se propõe que venham a ser assumidas pelo Município, já são assumidas pela Câmara e Juntas de Freguesia em alguns dos parques existentes, como sejam por exemplo, a limpeza e recolha de resíduos urbanos e algumas estruturas de saneamento e abastecimento de água, não me parece portanto descabido que se analise a possibilidade de transformar alguns destes parques fluviais em praias com as condições legalmente exigidas, outros



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

concelhos de menor dimensão têm há vários anos praias fluviais, porque não em Águeda? Poderá ser uma forma de potenciar o turismo fora do centro da cidade por último deixo apenas uma questão, a Câmara tem ideia de quanto poderá custar anualmente o funcionamento de uma praia fluvial? Acho que seria muito importante quantificar este valor para podermos analisar o assunto com mais realismo e não baseados em meras suposições”.

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Vou tentar esclarecer minimamente estas questões, o Sr. Presidenta da Junta do Préstimo não está cá, a única coisa que eu tenho para lhe dizer é que o respeito que naturalmente tenho por ele naturalmente não se pode sobrelevar ao respeito que tenho por todos os outros Presidentes de Junta. O que ficou acordado é que todos íamos decidir no dia um, é isso que vai acontecer, e portanto todos vamos decidir no dia um, Ele estava na reunião, aliás, este discurso não me parecer nada mais que ele estar a falar para fora porque os presentes nessa reunião que eram todos os Presidentes de Junta indiscutivelmente sabem o que lá se passou e portanto a única coisa que eu posso dizer a todos os outros e a ele não porque não está aqui, é que o que vai acontecer na reunião do dia um, é aquilo que ficou planeado e vamos todos decidir. Aos Presidentes de Junta vai-lhes ser dada a voz e vamos todos decidir e portanto penso que esta questão da democracia é ótima e mesmo que não nos sirva é bom que a respeitemos. Relativamente a esta questão das competências tinha aqui uma estratégia que podia ser justificada porque é que não aceito um conjunto de competências, mas eu acho que até porque são menos e se calhar poderei ser completamente explícito vou dizer porque é que aceito as que propomos aceitar e porque é que dizemos que não aceitamos a questão é completamente genérica e acho que estamos todos, partilhamos todos disso, há dúvidas acerca da forma como é que este processo vai avançar, então porque é que apesar das dúvidas decidimos avançar com um conjunto de áreas. Vamos começar por falar pela questão dos Espaços Cidadãos e dos Centros de Apoio às Populações Imigrantes e aos Centros de Apoio às Populações Migrantes.

----- O Dr. Miguel também cá não está, mas gostava de lhe poder dizer que os dados que ele diz que estão desatualizados foram-nos dados hoje pelo SEF e pelas escolas e portanto a população de Águeda está efetivamente a crescer e a crescer no número de estrangeiros e portanto os números que aí estão, estão absolutamente corretos. -----

----- Depois queria-vos dizer o seguinte, relativamente a estes Espaços do Cidadão nós naturalmente que temos já a Loja do Cidadão, temos implementados praticamente em todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

as Freguesias Espaços Cidadão e naturalmente que é também e por isso esta competência vem definir afinal de contas, as competências que nós já executamos nesta matéria, nada de novo portanto.-----

Relativamente às outras questões dos Centros de Apoio às Populações Imigrantes e Migrantes queria-vos dizer, que nós próprios já estamos a tomar a iniciativa de procurarmos porque sentimos necessidade de prestar um apoio a essas populações, nós sabemos que, neste momento o próprio SEF está com uma dificuldade enorme em atender todas estas populações migrantes. Nós temos situações no nosso Concelho de pessoas que estão à vários meses à espera da entrevista necessária no SEF para regularizarem as suas situações, são pessoas que entram aqui apesar de serem alguns deles luso-descendentes com vistos de turista e que não conseguem essa entrevista nos três meses que o visto de turista dá, o que quer dizer que entram aqui numa situação de ilegalidade e sobretudo que não lhes permite ter emprego legal, e nós temos um conjunto de empresas que está, eu diria faminta por mão de obra e temos este paradoxo de haver gente que precisa e não pode porque a administração pública não está a ser eficiente. A nossa Câmara já sentiu esse problema e está também a procurar desenvolver estas competências, afinal não vêm mais do que darmos e de uma forma mais ágil a possibilidade de prestarmos algum apoio a estas populações.

Relativamente à questão das estradas, voltamos à questão da coerência, há aqui uma indefinição enorme relativamente a este pacote, sobretudo ao pacote financeiro que terá que ser associado à entrega de um conjunto de estradas, e que no nosso Concelho é significativo. Apesar disso há uma coisa que todos nós sabemos, nós temos, neste momento com a Infraestruturas de Portugal, processos negociais no sentido de desafetarmos um conjunto de troços, porquê? Porque estamos com dificuldades em fazermos algumas obras urbanas, nomeadamente no centro da cidade, acho que nenhum de nós está satisfeito com a entrada sul de Águeda e é preciso percebermos todos que aquilo é Infraestruturas de Portugal, a Câmara não tem competência. Nós precisamos claramente de regular o cruzamento da Cerâmica do Alto mas não temos os pareceres e andamos atrás dos pareceres da Infraestruturas de Portugal e portanto temos um conjunto de empresas a fazerem empreendimentos nesta parte que já é paralela ao IC2 e portanto é uma via claramente urbana e que tem vindo a ser claramente obstruída por pareceres que tratam aquela via como uma Estrada Nacional equipara ao IC2 e portanto todo este conjunto de necessidades e realidades que nós temos, o processo negocial em curso que nós temos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

faz com que nós tragamos esta proposta de assumirmos estas competências, aliás de outra forma não faria sentido eu que ando com processo negocial destes, chegar lá dizer, propuseram-me agora delegar esta competência, eu não quero. Atenção que nesta matéria há duas questões que é a questão da transmissão do e a questão da transmissão, se não houver acordo financeiro, isso naturalmente que teremos que negociar a seguir e é o que está previsto porque não nos apontam as verbas, não nos dizem em quanto, mas dizem que agora, a partir de agora que assumirmos a competência haverá sessenta dias para o IP nos apresentar uma proposta concreta, é um avanço significativo relativamente aquilo que temos e portanto perante a proposta vamos ver o que é que faremos a seguir, se ficarmos com a tal motação dominial e ficarmos com o domínio integral das coisas ou fazemos unicamente a gestão dessas vias e portanto está aqui a minha justificação para trazer aqui a proposta de sim, vamos assumir.

----- Relativamente à questão do estacionamento, toda a gente sabe porque nós temos um problema gravíssimo e sobretudo na cidade, relativamente à questão da gestão do estacionamento. Num passado, bastante recente tivemos aqui os nossos fiscais a fazerem esta fiscalização mas, naturalmente que depois em termos de pareceres jurídicos percebemos que a validade das notificações que tínhamos não eram de todo e o que temos na cidade é um caos reprovado, aliás pela maior parte das pessoas. A GNR sabe ser competente diz nos que não é prioritário para eles, não é uma questão de segurança dos cidadãos e portanto fazem-no quando podem e podem pouco, e portanto o que nós temos é efetivamente a cidade completamente desordenada e não só a cidade. Esta assunção deste tipo de responsabilidades permite-nos ter acesso a uma coisa que era até aqui aquilo que nos faltava, que era acesso à plataforma SCOT, do IMT até agora e passar a Câmara a ser também efetivamente uma entidade autuante e portanto essas multas passarem a ter inteira validade, e isto quer dizer uma coisa muito simples, vai transferir para a Câmara não uma coisa interessante do ponto de vista de algum populismo que possámos às vezes ser acusados. Afinal de contas trata-se efetivamente poder multar os prevaricadores e essas multas terem inteira validade e portanto sem reboço nenhum estou aqui a dizer que a Câmara quer assumir esta competência porque entende como prioritário gerir e gerir bem o espaço de estacionamento na cidade, na cidade e no Concelho naturalmente.-----

----- E são estas as três áreas em que nós estamos, relativamente às outras todas o que é que nós temos ou não nos sentimos completamente capacitados de imediato e portanto será prudente e bem, esperarmos algum tempo porque volto a lembrar em junho estaremos aqui novamente a deliberar relativamente à matéria para 2020, até junho, estaremos aqui



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

portanto daqui a muitos poucos meses estaremos aqui de acordo com o que está regulamentado, vamos estar aqui outra vez e portanto neste curto espaço de tempo vamos capacitar-nos por um lado e vamos tentar que nos desfaçam as dúvidas por outro, é esta a proposta que vos trazemos, é esta a lógica e a coerência que eu vos falei no início, meus amigos deixo à vossa consideração.” -----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida – PSD:** -----

----- “Senhor Presidente permita-me que faça uma apreciação da generalidade e depois conclua na globalidade ouvi atentamente a intervenção do meu caro, não sei se é colega se é companheiro de bancada não, do hemiciclo e fiquei confuso, aliás já o tinha ficado, afinal não sei o que é que nós temos em Águeda, sítios onde a malta toma banho, é isso? É que o princípio da substância sobre a forma que eu falei à um bocado continua haver, nós concessionamos o Souto do Rio mas afinal não sabemos o que é aquilo, o Vasco ali tem na Redonda e tem lá na Castanheira ilegalidades já agora fiquei a saber na proposta da Câmara Municipal que isso custa um pipalhão de dinheiro. Dizem os serviços que esta delegação de competência implica um investimento significativo, significativo nomeadamente na limpeza e recolha de resíduos sólidos urbanos, é o que está lá, eu pensava que isto era limpo, se calhar estou enganado, manutenção e conservação, têm passado por lá devo reconhecer que no Souto Rio efetivamente, dou razão ao Senhor Presidente, os senhores já tentaram o pino, mas ainda não conseguiram resolver o problema, também é verdade. Ali para o meu amigo e colega Vasco devo-lhe dizer que passo lá de vez em quando nalgumas delas e tiro-lhe o chapéu, só dá razão aquilo que o PSD defendeu à muito tempo que as delegações de competências nas Juntas de Freguesia deviam ser aumentadas, ainda bem que o Senhor Presidente reconhece e quando diz que lhe escalda nas mãos.-----

----- O Senhor Presidente ainda diz que afinal estas praias que potencialmente estão a falar, não existem, isto é inócuo, também é um facto pelo que percebi a Associação Nacional, entende que não estão reunidas Ficam assim os Aguedense a saber que esta competência não pode então ser aplicada a estes potenciais locais, tais como por exemplo, Souto Rio, Alfusqueiro, estão ilegais, a Redonda, Castanheira onde os meus amigos potencialmente na época de Verão vão tomar banho, potencialmente em praias que potencialmente não o são e, potencialmente nós temos que gastar um pipalhão de dinheiro para pormos aquilo em condições.----- Eu reconheço que ele tem razão, a generalidade do diploma e a dificuldade consubstanciar as coisas não é só do Senhor Presidente, eu próprio, por aquilo que li e não sou profissional da coisa pública,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

reconheço que há uma certa dificuldade quantificar, mas já que se disse que era caro, eu pergunto ao Senhor Presidente se sabe quanto é o investimento necessário? E já agora apostando nós no Turismo, não está cá o Senhor Vice-Presidente da Câmara, com certeza teria uma ideia mais correta sobre o assunto, sendo nós, um Concelho todo virado para a frente, porque é que até agora este investimento não foi feito? Já agora e para me esclarecerem eu gostava de saber, porque percebi dos serviços, aceitarmos esta delegação de competências teríamos igualmente como em outros pontos, de aprovar presumo alteração ao Regulamento de Taxas e Impostos, não devo estar errado.

----- Jogos e fortuna e azar, esta é mais uma das que escalda na mão do Senhor Presidente, é que por aquilo que eu li, e não percebo, a delegação de competências nem é na Câmara é no Presidente e eu confesso, embora o senhor esteja habituado a fazer turnos, ou estava antigamente, e a trabalhar ao fim de semana, eu reconheço que isso não é para o Senhor Presidente. É natural que, agora a falar sério, Senhor Presidente perdoe-me a brincadeira, é natural que haja aqui uma adequabilidade patente e latente compreendo-a no entanto nós em junho assumindo agora que não a assumimos em junho vamos ter que voltar a nos pronunciar eu já lhe disse o que é que penso na generalidade, no entanto gostava que o Senhor Presidente sobre esta, em particular, nos dissesse até lá, o que é vai fazer para que em junho, em consciência possamos estar mais convictos daquilo que vamos fazer.-----

----- Vias de comunicação, se nós não aceitamos as praias fluviais, ou rios ou coisas do género, desculpem lá, se quiserem o Decreto-Lei nº. 97 e se eu entendo, temos uma certa dificuldade, que espero que o Senhor Presidente resolva de quantificar o elevado investimento, segundo o que dizem os serviços, assim eu olho, a olho, como dizia o antigo Presidente da Câmara, contas de merceeiro, parece-me que está, do ponto de vista patrimonial é muito mais relevante eu entendo que o Senhor Presidente disse sobre esta matéria, entendo o que o Senhor Presidente disse, passem-me aí o cheque em branco para ver se eu resolvo, o que eu lhe quero dizer é o seguinte, eu lembro que há aqui matérias destas, nomeadamente uma de que falou, o troço da antiga Estrada Nacional 1, certo? Que já anda a trancos e barrancos à uma porrada de anos, à muitos anos, lembro também que é para nos servir aqui mais uma vez de pressão sobre a tomada de uma decisão que há muitos anos atrás o PSD apresentou, uma proposta para caso que o Senhor agora considera para a qualidade de vida das pessoas que trabalham no Parque do Casarão. Não é a aceitação ou não aceitação desta competência que vai inviabilizar o seu trabalho em prol da resolução deste assunto, antes pelo contrário, serve com certeza de motivo de pressão



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para que isto seja resolvido, para além disso eu gostava de lhe perguntar, falou aqui de dois ou três casos mas para termos uma noção do que é que está causa, quantos quilómetros de estrada e vias é que estamos a falar? Que custo é que pode ou não pode, podemos ou não podemos estar assumir? Que equipa é que nós temos para depois tratar deste assunto? Porque é que este diploma, ao contrário dos restantes, não tem parecer técnico dos serviços? Estas são as perguntas que lhe deixo, para depois concluir.-----

----- Justiça, gostava também de lhe colocar algumas questões, porque como nós vamos umas vezes, por um lado, outra vezes por outro, é necessário percebermos também o seu entendimento, como disse o Senhor Presidente da Câmara e a Senhora Deputada da Assembleia da República também já fez menção disso, estamos na iminência de constatar um facto da perda de competências no Tribunal de Águeda. Pergunto, não serviria esta competência que se prende quase em exclusivo como, vou-lhe chamar pressão, não me entendam mal, força de influência para assegurarmos a defesa dos nossos interesses aqui? Se sim, porque é que não o tomamos? Se não tomamos, não tomamos porquê? Em termos, de envolvimento financeiro do que é que estamos a falar? -----

----- Bombeiros, se é verdade que o Sr. Presidente sempre demonstrou não só aos Bombeiros como às Associações Locais de Proteção Civil, quase todas, um carinho muito especial, gostava de o ouvir, se foram ouvidos, por si, os Bombeiros? Se foram ouvidas, por si, as Unidades Locais de Proteção Civil e equiparados lembro-me por exemplo, a Junta de Freguesia de Valongo e a Junta de Freguesia do Préstimo se assim o entender e já agora qual foi a opinião dos mesmos?-----

----- Lojas do Cidadão, o Senhor Presidente deu a conhecer o que é eu escrevi no parecer da Comissão de que faço parte. Quanto à Loja do Cidadão eu vou-lhe dizer uma coisa, o protocolo que hoje temos está muito mais detalhado do que a própria Lei e portanto não vejo conveniência nenhuma em aceitar o que está no Decreto-Lei 104/2018 se já temos a competência

delegada.----- GAE- Gabinete de Atendimento ao Emigrante, toda a dedução intelectual, se quiserem, toda a exposição não só dos pareceres da Câmara ou dos técnicos da Câmara, como também do Senhor Presidente, incide sobre uma coisa, que é para não confundirmos imigrantes com emigrantes, incide sobre uma coisa, incide sobre as pessoas estrangeiras que veem para Águeda, os GAE, parece-me a mim, que é uma coisa ligeiramente diferente e refere-se basicamente a todo o movimento migratório, dir-me-ão o seguinte, a lei foi para aqui uma trapalhada, com certeza que foi, do ponto de vista político o que nós podemos tirar disto é o seguinte, demos, e bem importância às pessoas estrangeiras que vêm para Águeda, demos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

importância quase nula às pessoas de Águeda que vivem no estrangeiro e gostava de ter ouvido aqui, por exemplo, o Senhor Presidente da Junta de Fermentelos que tem uma comunidade de Venezuelanos imensa, não estou errado, pois não? Com as particularidades que se assistem estou a dizê-lo agora, porque já o escrevi no início da semana. Ainda há outra realidade que não falamos aqui, que são os movimentos migratórios dentro do próprio país, esta é uma importância fulcral para a captação dos recursos humanos fundamentais para o nosso desenvolvimento, lembro o Senhor Presidente da Câmara que, agora diz e muito bem, que está preocupadíssimo com isso Criar um gabinete de atendimento ao imigrante foi uma proposta que lhe disse e que lhe deixei, o Senhor esqueceu-se, tanto se esqueceu que a seguir no Jornal da Bairrada foi para lá e disse que a oposição não apresenta propostas construtivas e agora vem aqui e diz que até se estão a lembrar disto. Esta confusão é brutal, já agora com protocolo ou sem protocolo nós temos que avançar com ela. Outra questão que me parece pertinente até de uma pessoa que andou por lá nos estrangeiros não é com esta competência que nós vamos resolver os problemas do SEF, pois não Senhor Presidente, isso parece-me claro.----- Tenho uma última pergunta sobre este facto e para mim é importante. O senhor ao assumir esta questão dos GAE/ CLEI, e permita-me que possa misturar os dois, há alguma intenção de esta competência em entidades externas à Câmara Municipal? É uma pergunta que lhe deixo e para mim é importante.-----

----- Habitação, Decreto-Lei 105, desculpem lá se eu estou usar temos que não sejam os corretos, diz o artigo 4º., nº.1, é transferida para os órgãos municipais a competência de gerirem a execução de programas de âmbito nacional e regional, de apoio ao rendimento urbano e à reabilitação urbana que tenham por destinatários outras entidades públicas ou privadas. Eu ia jurar que nós tínhamos feito parangonas de jornais, capas, a dizer que íamos fazer uma regeneração urbana de setenta milhões em Águeda até agora não aprovamos a delegação de competências? Eu não entendo, mas não entendo outra coisas, vejam, diz o parecer sobre o arrendamento, e a informação do Senhor Presidente refere a pretexto e sito, estas frações colocadas a arrendamento apresentam rendas e eu volto a lembrar, execução de programas de âmbito nacional e regional de apoio ao arrendamento a ser de apoio ao arrendamento diz o Senhor Presidente, estas frações apresentam, algumas de Águeda rendas que não se encontram atualizadas existindo até casos de vida e as que não vale a pena, penso eu mas afinal isto não é para âmbito social, então se é para âmbito social a que propósito nós falamos de rendas desatualizadas? -----

----- Património Público, gostava de fazer uma pergunta ao Senhor Presidente, já li que não tem lista oficial de património público, consegue-me dar alguns exemplos em Águeda de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

património público sem utilização que possa ser, digámos absorvido pela Câmara Municipal? -----

----- Estacionamentos, eu fiquei confundido quando li os pareceres, o Senhor Presidente refere que o diploma vem clarificar a questão relativa à adesão do município aos SCOT, gostava que me dissesse o que é que quer dizer, se vem clarificar, não parece, os serviços têm a mesma confusão uma vez que começam por dizer, aparentemente, isto para mim é importante, que se vocês estão convictos da certeza e da pertinência destas questões não colocam já parece, nem um aparentemente, naturalmente que em comparação com os jogos de fortuna e do azar, a única diferença que eu vejo nas duas é que os parquímetros fecham às sete.-----

----- Senhor Presidente, em suma, não constatamos aqui corrente das suas opções, nenhuma revisão orçamental, o que portanto prevemos que as mesmas não têm impacto económico ou financeiro, o que eu não acredito, esta amalgama apresentada aqui com dificuldades brutais de definir nomeadamente as linhas de intervenção intermunicipais e as municipais preocupam-me bastante e com certeza também concorrem nesta ideia que digo e portanto eu acho que isto são assuntos que merecem estudo muito mais aprofundado e como a primeira intervenção diria que se nada me convencer em contrário, o meu sentido de voto pessoal é de votar para este ano, entenda, contra a delegação de competência, já agora para o Senhor Pedro Alpoim, que veio aqui dizer que isto era uma questão transversal aos partidos, saiu ontem no JN uma sondagem vamos-lhe chamar assim, o estado da nação, e o estado da nação diz que só em trinta e nove Câmaras aceitam todas as competências, parcialmente são cinquenta e seis das cento e trinta e seis que não optam pela totalidade, é só para o Senhor Pedro este número para deduzir que isto não é efetivamente uma questão partidária, é política sim com certeza.”

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF do Préstimo e Macieira; -----

----- “Senhor Presidente da Assembleia à pouco vim aqui e na qualidade de membro desta Assembleia fiz algumas perguntas muito diretas perguntas estas que eu espero respostas porque são respostas simples. No anterior mandato o Presidente da Câmara era o dr. Gil Nadais, na altura o atual Presidente da Câmara era Vice, também estive nas reuniões e foi-nos prometido a todos duzentos euros por posto, venho dizendo isto várias vezes, e nós aceitamos na altura o Espaço Cidadão, tanto que foram feitas já duas inaugurações, e fizemos uma reunião entre Presidentes de Junta em que eu não sei qual foi a decisão e portanto peço que aqui, eu só quero saber antes de votar, porque a mim não me interessa saber no dia um, que é sexta-feira a mim interessa-me saber é hoje, porque sexta-feira a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

votação passou e portanto o que eu preciso saber é hoje, é aquilo com o qual eu posso contar porque um dos pontos é para votar exatamente isso, sobre o Espaço Cidadão que neste momento já lá estão, dentro da minha Junta de Freguesia, dentro das Juntas de Freguesia dos meus colegas e se algum colega meu sabe mais do que eu qual é o valor que vamos receber da Câmara que venha aqui e que me diga. É que eu não sei, eu sei aquilo que me foi dito e eu espero que a palavra que me foi dada que seja honrada e portanto a única coisa que eu quero saber é quanto é que nós vamos receber da Câmara Municipal? Porque nós aqui temos duas opções ou ficamos com o dinheiro da Câmara Municipal, ou ficamos com o dinheiro através da AMA e portanto quero saber aquilo que é melhor para a minha Freguesia e portanto quero saber se a Câmara Municipal vai dar o dito pelo não dito, se vai retirar aquilo que nos foi proposto ou não, portando é uma pergunta muito simples com uma resposta muito simples que tem a ver com valores e eu quero que os valores sejam ditos aqui hoje e não na sexta-feira porque na sexta-feira nós já votamos, é tudo”.

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Sr. Presidente é lamentável por uma razão muito simples, eu respondi e respondi uma resposta que qualquer ser inteligente entendia, só que o Sr. Presidente da Junta nem sequer se deu à hombridade de cá estar para ouvir a resposta e portanto eu não compreendo porque é que Senhor dá este tempo todo para estar a repetir as mesmas perguntas sistematicamente quando daqui a um bocado, quando tiver que responder, provavelmente não vai estar aqui outra vez para ouvir. Foi isso que aconteceu e portanto eu vou-lhe responder rigorosamente tudo aquilo que disse à um bocado. Com toda a calma disse que o meu respeito por si, é maior do que o que o senhor tem por mim, não implica que eu ponha em causa o respeito que eu tenha por todos os Presidentes de Junta, seus colegas e portanto aquilo que eu lhe disse é o seguinte, em outubro ficou acordado entre todos, que isso seria objeto de discussão e de aprovação entre todos os Presidentes de Junta, é isso que vai acontecer no dia um de fevereiro, no dia um de fevereiro todos os Presidentes de Junta vão votar essa proposta e vamos acertar exatamente, a proposta vai ser discutida entre todos e vai ser o que resultar daí votado pela maioria dos Presidentes de Junta, eu não voto, e é isso. -----

----- Eu devo estar a ver o filme que é “Os Deuses devem estar loucos” eu vejo o PS que deveria estar aqui a discutir, a defender com unhas e dentes, as leis do seu Governo e afinal de contas está claramente também aqui a colocar em causa uma série de questões e tenho eu, que até como pessoa desalinhada nestas coisas, que tive o cuidado de dizer no início desta conversa, relativamente a todo este processo que sinceramente não fazia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

questão que poderiam alterar as propostas, estou aqui claramente a ouvir-vos aqui um discurso em que o Senhor Deputado Carlos Almeida, faz perguntas de um modo, como diria, com alguma piada indiscutivelmente, porque é que nós não aceitamos esta competência e aquela, e aquela e aquela, e depois no fim diz eu vou votar contra tudo, aliás, eu já sabia que ele ia votar contra tudo.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** -CDS;-----

----- “Eu peço-lhe desculpa porque efetivamente eu também me ausentei da Assembleia, e por acaso no momento em que estava o senhor Presidente da Câmara a usar da palavra, mas há coisas que nos obrigam por vezes a levantar-nos e sairmos desta porta, o Senhor já o fez também, e sabe quais são essas coisas. Senhor Presidente no entanto fui tentando ouvir aquilo que esta a ser dito e deu-me ideia que o Sr. Presidente da Câmara terá dito, e gostava que apenas com aceno confirmasse, que os dados que os serviços tinham facultado aos membros da Assembleia Municipal sobre os números respeitantes aos residentes estrangeiros que habitam em Águeda que são membros da nossa comunidade de Águeda estavam corretos e que são atuais foi isso que Senhor disse? Senhor Presidente que os dados que os serviços enviaram em parecer aos membros desta Assembleia respeitantes ao número de residentes estrangeiros em Águeda em 2011 e 2017, informação 2018 são dados que estão corretos e que são atuais e que são do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, foi isso que o Sr. disse, Sr. Presidente?-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Sr. Presidente para que fique gravado, foi a informação que me chegou, foi isso que eu disse.”-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** -CDS;-----

----- “Então Sr. Presidente é pertinente a minha intervenção, porque nem os dados são atuais, nem os dados estão corretos, nem uma coisa nem outra e vou-lhe dizer porquê. Os estrangeiros em termos estatísticos, e é fácil quem quiser ir vá ao sítio do PORDATA ver população, migrações, movimentos e vai ver estes dados relativos Município de Águeda e se for ao Instituto Nacional de Estatística também obtém os mesmos dados, os dados são entregues pelo Serviços de Estrangeiros e Fronteiras em cada ano, salvo erro em junho e julho do ano seguinte, e portanto os dados relativos a 2018, nós ainda não os temos, os únicos dados disponíveis que temos são de 2017 para trás, logo não são atuais mas também não estão exatos pelo seguinte, o número de estrangeiros residentes em Águeda é decomposto, como noutros municípios, em dois grupos, os estrangeiros residentes provenientes do estrangeiro e os estrangeiros residentes provenientes de outro ponto do território nacional, e a soma desse valor é que é o total da população residente estrangeira



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que está naquele momento a residir no Município, ora o que ocorre é que para 2011 o serviço Municipal deu um valor que correspondia a uma fração, e para 2017 à totalidade e isso dá ideia que o número de residentes estrangeiros em Águeda tinha aumentado entre 2011 e 2017, essa informação está errada, e não está errada só em relação a 2011, o número de estrangeiros residentes e portanto legalizados em Águeda, segundo os dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, tem decrescido continuamente desde 2008 a 2017. Em 2008 o número total eram mil duzentas e setenta e três pessoas estrangeiras a residir no Município, em 2017 eram oitocentas e setenta e três pessoas estrangeiras a residir no Município, apesar de ter ali havido uma flutuação a verdade é que em termos de proporção da população total residente nos três anos 2015, 2016 e 2017 o número de estrangeiros a residir em Águeda, qualquer proveniência venham eles diretamente do estrangeiro ou venham eles diretamente provenientes de outra parte do território nacional, andava nos 1,9%.-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Eu vou-me escusar de fazer as mesmas perguntas que o deputado Carlos Almeida aqui fez à bocado e que ainda não foram respondidas, apelando à boa memória do Senhor Presidente que não obstante ter escutado com atenção as perguntas que eram feitas não tomou nota das mesmas, por isso eu presumo que também não estaria interessado em fazê-lo, mas presumo também que terá boa memória e por isso recordar-se-á certamente de todas as perguntas que aqui lhe foram feitas nomeadamente quanto aos montantes que estão em causa, a previsão dos mesmos, se os custos referentes por exemplo, à transferência de competências na área das vias de comunicação está previsto? Se não está como é que pensa fazê-lo? Perguntava-lhe também a questão do estacionamento qual é a estratégia que a Câmara Municipal pensa desenvolver? Ou que é que tem pensado qual é o sistema de fiscalização que irá montar? Se também já tem verbas previstas e locadas para essa função? Em suma Senhor Presidente aquilo que eu queria dizer são duas coisas simples, a primeira delas é que o que aqui está em causa Senhor presidente não é a lei do Governo A lei do Governo já foi votada, foi votada na Assembleia da Republica e foi aprovada, e olhe pasmo seu, votei a favor. O que está aqui em causa Senhor Presidente é se de facto o Senhor Presidente e o executivo que o Senhor Presidente lidera está ou não está apto dispõe ou não dos meios suficientes para assumir estas competências que agora se propôs e estas são algumas das perguntas que ainda não foram aqui respondidas não obstante já terem sido feitas por diversas vezes. Porque de facto Senhor Presidente aquilo que se esperava era que no âmbito desta lei, porque é uma lei boa, porque estamos aqui a falar da descentralização e tudo o que é descentralizar é aproximar e se é aproximar é bom,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

o que se esperava é que o Senhor Presidente aproveitasse esta oportunidade para criar em relação ao futuro uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho, ou seja aquilo que se esperava é que aproveitando esta oportunidade, o Senhor Presidente fizesse uma seleção daquelas competências que pensa que pode assumir como fez, e depois fizesse aqui uma análise daquilo que temos no nosso Concelho o que é que podemos melhorar, como é que podemos melhorar e depois como é que podemos usar este quadro de descentralização ou de transmissão de competências para o fazer e nada disso Senhor Presidente foi aqui feito, aliás, aquilo que aqui foi apresentado foi um conjunto de pareceres técnicos muito úteis é certo mas aquilo que nós ouvimos aqui foi política, opção política é aquilo que o Senhor Presidente ainda não foi capaz de explicar a esta Assembleia Municipal penso eu, ou então sou eu que estou a ver as coisas mal, qual é a opção política da Câmara Municipal e do Executivo Municipal para os próximos três anos no que se refere à descentralização? Isso eu também gostava de saber Senhor Presidente quais são os projetos que o Senhor tem? E, referindo desde logo como exemplo, aquilo que aqui foi dito pelo meu colega Jorge Oliveira, no que se refere às praias fluviais, porque de facto parecer-me-ia oportuno aproveitar este momento para pensar de uma forma estratégica o modo de desenvolvimento turístico e como potenciar turisticamente os nosso Rios a nossa Pateira, enfim toda uma série de recursos naturais que nós temos no nosso Concelho, toda a via isso não foi feito e nós lamentamo-lo e já aqui manifestamos esse nosso lamento.-----
----- Mas também queria referir-lhe um outro aspeto, que já me esquecia, que tem a ver com a justiça e que falamos já à pouco do juízo de instrução criminal de Águeda. Senhor Presidente, só para ficar com a certeza daquilo que ouvi aqui à bocado, volto a perguntar-lhe e peço-lhe que realmente me responda, se é verdade que quando o Senhor se reuniu com o Senhor Presidente da Comarca de Aveiro, o Senhor Juiz Desembargador Paulo Brandão, se de facto lhe foi transmitido que esta era apenas uma questão política? E peço que o Senhor me responda isso depois quando me responder também às outras questões. Perguntava-lhe também se quando reuniu com o Conselho Superior de Magistratura, se também foi essa a resposta que lhe foi dada? Se aquilo que aqui se trata é de uma questão política? E se realmente o tribunal não ficava em Águeda era apenas por uma questão política? Era muito anteportaria e eu faço mesmo questão que o Senhor Presidente responda ou pelo menos confirme aquilo que nos foi dito à instantes.-----
----- E posto isto, ainda na expetativa que o Senhor Presidente no decurso desta Assembleia nos possa apresentar uma visão estratégica para o Concelho, uma forma de poder potenciar esta lei que é emanada do Governo de forma que o nosso Concelho possa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dela tirar melhor proveito, para o bem de todos nós eu vou voltar a sentar-me ficando a aguardar, pacientemente, a sua resposta”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Antes de mais esta questão sensível relativamente à questão do Juízo de Instrução Criminal que tem tudo a ver com o que estamos a discutir queria sossegar a Sra. deputada e dizer-lhe que em todas as reuniões que tive tanto no Tribunal, com o Juiz Presidente do Tribunal da Comarca de Aveiro, como na reunião que tivemos no Conselho Superior de Magistratura fiz-me acompanhar sempre pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal que como sabe é jurista e estaria também ele muito mais à vontade num conjunto de matérias que são no fundo a sua profissão, e queria-lhe dizer que não tive nenhuma dúvida em que num sítio e no outro me disseram, que claramente esta decisão é política, a decisão de manter ou retirar o Juízo de Instrução Criminal de Águeda, é uma questão que está na mão, só e apenas da Senhora Ministra ou da Senhora Secretária em quem ela tenha delegado competências, portanto esta questão é política.----- Foi isto que me disseram no Conselho Superior de Magistratura a mim e ao Dr. Brito Salvador, que depois pode confirmar ou não, e o Dr. Paulo Brandão, Juiz Presidente e portanto teve essa confirmação.-----

----- Relativamente a outras questões e a todo este processo, acho que nós debatemos as nossas propostas de uma forma absolutamente clara e, mais do que clara, transparente e ainda mais, deixando total abertura a esta Assembleia para decidirem conforme entenderem por uma razão muito simples porque não consideramos absolutamente nada crítico a tal estratégia que temos definida para o Município relativamente a termos já determinadas competências ou não, ou seja quando nós pensamos essa estratégia, esta questão era uma miragem e portanto pensávamos inclusivamente que temos aí um conjunto de competências que já as assumimos no passado, nomeadamente na educação, e já agora ficamos a saber que temos uma competência um bocadinho mais alargada do que a que agora é suposto, e uma vez mais do que é que agora suposto ser transferida para os Municípios e portanto eu muito sinceramente antevejo desde já que a competência da educação, uma vez que já a temos e ainda mais alargada vamos também dizer que provavelmente trago aqui uma proposta daqui por algum tempo pouco, no sentido de sim, aceitamos essa competência. ----

----- A questão do Espaço Cidadão, das Lojas Cidadão temos esse processo completamente definido e em curso, temos os protocolos assinados que no fundo vêm muito ao encontro das competências agora definidas e vêm-nos aqui abrir outras duas questões que efetivamente comecei por dizer ao contrário daquilo que o Deputado Carlos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Almeida disse, que era uma preocupação que nós trazíamos e que eram negociações que já trazíamos em curso. Não percebi a seguir quando ele diz que tivemos uma preocupação com os imigrantes e não tivemos com os emigrantes, nós aceitamos os dois, a competência não é por metade, quando aceitamos a competência é na sua plenitude de todo o decreto, é isto que está em causa portanto não há aqui nada que fique de fora e que não haja confusões que nós efetivamente tratamos tão bem os que nos visitam como aqueles que cá vivem -----

----- Portanto, relativamente a estas matérias é absolutamente claro a forma de como nós colocamos as questões. Toda a gente sabe e eu para me socorrer de algumas entidades externas vou-me socorrer de uma nota divulgada pela Associação Nacional de Municípios que diz o seguinte: -----

----- “Desde logo foi prevista na alteração à Lei da Finanças Locais a existência de um fundo de financiamento de descentralização – FFD, destinado a financiar as competências a transferir, acontece no entanto em sede de aprovação do Orçamento do Estado para 2019, foram rejeitadas na Assembleia da República as normas relativas à dotação do FFD, não havendo no momento, possibilidade de serem efetuadas alterações orçamentais destinadas ao seu reforço, nem estando determinado qual o procedimento legal a seguir para o efeito, em consequência de tal situação a Associação Nacional de Municípios exige, ao Governo e aos Partidos Políticos com assento na Assembleia da República, que clarifiquem qual o procedimento legal que garanta o financiamento do processo de descentralização em curso, havendo esta clarificação ser efetuada antes da publicação e entrada em vigor antes dos restantes Decretos-Leis setoriais.-----

----- A única coisa que nós tivemos a seguir foi do Senhor Secretário de Estado da Administração Local a dizer que, relativamente à saúde e à educação, tenham calma que para aí há, mas não é como bem sabem, nós não estamos falar disso neste momento, é esta a realidade. -----

----- Creio que, claramente na impossibilidade que, pensava que sabia, porque afinal foi decidido na Assembleia Nacional da República que efetivamente não estão definidos os financiamentos, nós tivemos o cuidado de dizer, carregados de dúvidas naquelas situações em que efetivamente não era premente, não sentíamos como urgente, não nos sentíamos completamente capacitados, relativamente à questão da Justiça e atenção acredite que em junho, tenho quase a certeza, e conto convosco para isso, que estamos aqui prontos para assumirmos a competência em 2020, e porquê? Porque vamos dotar a Câmara Municipal de competências e de capacidades sobretudo, para poder fazer face. Nós neste momento, tenho por exemplo, uma Jurista que está de baixa e é uma baixa por gravidez, ficamos satisfeitos com isso, é a nossa natalidade que está dar um pequeno pulinho em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

frente e, portanto os meus parabéns, mas vai estar de baixa durante um tempo significativo. Quer dizer, neste momento, que em termos operacionais temos uma Jurista e uma outra que está a fazer um CEI, e portanto em termos de assessoria interna no sentido de virmos a viabilizar, não é o momento mais oportuno. -----

----- Mas depois partilhei aqui com todos, e esta é uma visão estratégica claramente que vem como uma oportunidade enorme claramente por causa destes diplomas da descentralização, eu disse no início que o processo agrada-me, eu gostava era de o ver mais limpo e mais correto, acho que isso estamos todos de acordo, é uma constatação, e relativamente a esta matéria eu acho que é uma oportunidade fantástica para a Câmara abraçar estas competências e até estamos num momento em que, se calhar, até é oportuno nós pensarmos inclusivamente em dotarmo-nos de meios humanos, é oportuno por um conjunto de situações que nós temos, nomeadamente mobilidade de algumas técnicas que nos permite abrir aqui algumas vagas, digamos assim, porque não repensarmos e verificarmos bem que tipo de competências é que precisamos para fazer face a isto, será tudo técnicos da mesma área? Se calhar sem reforço digamos assim muito grande a nível salarial, podemos claramente fazer uma coisa muito melhor.-----

----- Naturalmente que no processo de decisão explicarei, com todo o prazer, tudo aquilo que me vai agora na cabeça.-----

----- Portanto é esta estratégia toda que nós estamos aqui, e volto a dizer porque o disse e expliquei muito bem na conferência de líderes, onde a senhora deputada Carla Tavares estava presente mas depois saiu mais cedo, eu sei. -----

----- Acho que é uma possibilidade, mais desafio os Senhores Líderes Parlamentares para uma coisa muito simples que era, vamos trabalhar nisto e vamos trabalhar nisto, naquelas competências que nós não temos agora, vamos trabalhar nelas com os meios que entretanto nos chegarem no sentido de clarificarem ainda mais, vamos a isto para que em junho estejamos aqui, possamos abraçar, todas estas competências, porque eu acho e volto a dizer aceito claramente os desafios. Aquelas competências que propomos neste momento aceitar estão aqui uma vez mais, é uma questão de coerência e uma questão de nos sentirmos capacitados. Sobretudo na questão das estradas, é uma questão de coerência, já agora posso dizer que são cerca de trinta e um quilómetros, contando com os troços ativados do IP5, mas pensamos nós que possa ser cerca de trinta e um quilómetros porque temos ainda alguma dúvida do âmbito de aplicação e sobretudo da extensão na estrada de Assequins para o Caramulo e na Estrada trezentos e trinta e seis, suponho eu, que passa em Belazaima do Chão, que não sabemos exatamente qual será, ou se será, alguma parte dessa Estrada passará para o nosso



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

lado.----- Agora o troço paralelo ao IC2 da EN1, indiscutivelmente cabe, e é aí que nós sentimos uma grande pressão, estou a falar da trezentos e trinta e três entre o matadouro e a rotunda do Alto de Recardães que naturalmente é uma urgência para nós e portanto, com um conjunto de situações que nós precisamos de abordar. Estamos num processo de quantificação e já agora possa partilhar convosco o seguinte, do processo negocial que trazemos em curso com o IP, na última reunião que tive ficou acordado que entre os técnicos da Câmara e os técnicos do IP em simultâneo fizessem uma avaliação para não haver grandes desvios, uma avaliação relativamente aquilo que efetivamente seria suposto ser comparticipação financeira desta transferência dominial destas estradas.-----

----- Naturalmente que nós não paramos ainda este processo, estamos a funcionar com ele, é uma questão bipartida, posso-vos dizer que ontem tive aqui reunido na Câmara dois Vice Presidentes das Infraestruturas de Portugal, onde foi aborda esta matéria e portanto esse processo negocial vem de trás. A única coisa que disse aqui é uma questão de coerência porque as dúvidas em termos financeiros são muitas, muitas, muitas, agora a Câmara Municipal já anda lá à uns anos, mas agora penso que estamos a dar passos muito significativos para a resolução ou pelo menos a tentarmos, não sei o que é que depois o Ministro Centeno nos irá dizer a seguir, esse também é um problema, mas estamos a fazer um trabalho que repute de séria entre nós e os próprios técnicos do IP conseguimos ter a abertura por parte da direção do IP para fazermos efetivamente este avanço e mantermos este processo negocial agora não faria muito sentido e não era nada coerente dizer eu não quero essa competência. A Câmara Municipal não quer essa competência mas anda a negociar no sentido de transferência. Eu ponho isto à consideração, é que quando falo de coerência, estou-me claramente a referir a este diploma das vias. Volto a dizer que nós na Câmara Municipal, sentimos e percebemos que é em algumas áreas destas estradas são situações que estão inclusivamente a funcionar contra o nosso desenvolvimento nós temos processos pendentes à espera de pareceres do IP, nomeadamente para investimentos significativos no nosso Concelho e a única lacuna que têm é que, o IP trata a EN1 paralela ao IC2 e portanto não IC2 mas uma estrada completamente urbana com os mesmos critérios como se fosse uma estrada nacional, plenamente no ativo e coloca uma série de constrangimentos que, naturalmente se fosse uma via urbana do domínio municipal mais facilmente seriam ultrapassados e naturalmente que esses investimentos eram mais facilitados. É esta a coerência de que eu falo relativamente a esta matéria.-----

----- Relativamente à questão dos estacionamento, expliquei aqui muito bem aquilo que nos apraz, nós tivemos e temos este sistema de fiscalização com a nossa fiscalização



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

municipal e precisamos de a capacitar para que efetivamente seja capaz e seja sobretudo respeitada.-----

----- Relativamente à questão dos Espaços Cidadão, penso que não vale a pena dizer mais, está tudo mais do que explicado.-----

----- Os outros diplomas, volto a dizer são as dúvidas que a maior parte dos Senhores têm, e que refutam, e a não urgência, no nosso entender e ou falta de capacitação momentânea ou áreas que nunca tivemos, nomeadamente as questões da justiça e das praias, já agora, que nos fazem dizer que em junho vamos procurar fazer esse trabalho, para em junho estarmos aqui perfeitamente capacitados, porque volto a dizer se eu pudesse aceitava todas as competências, mas efetivamente da forma como os diplomas estão não nos deram os meios necessários que achamos fundamentais para podermos decidir em consciência.-----

----- As três ascensões que aqui estão justifiquei-vos e volto-vos a dizer que não faço questão absolutamente nenhuma, não é uma questão de política local para mim, estou-vos a dizer com o coração completamente aberto e com aquilo que é a minha prática aqui dentro, aquilo exatamente que vos coloquei como proposta e relativamente a esta matéria sinceramente não vale a pena estarmos aqui a esgrimir mais porque se quiserem alterar a proposta, e já agora posso dizer, temos aqui um parecer relativamente à questão de votarem em conjunto, como sabem há um conjunto de matérias em que, de acordo com a Lei 75 a Assembleia pode alterar as propostas da Câmara, de acordo com o parecer da Dra. Castanheira Neves relativamente a uma matéria diferente mas, parece-me a mim que, o princípio pode ser idêntico, se não fizerem as alterações e chumbarem a proposta da Câmara Municipal pode ser equivalente à alteração da ordem de trabalhos, é isto que ela diz, eu não percebo nada de questões jurídicas, limitei-me a ler, e portanto eu penso que temos aqui total abertura. Não há mais questão nenhuma, a questão é nós estarmos aqui a fazer uma coisa que seja, em todos os momentos, válida, que seja a vontade de vocês porque cabe-vos a vocês decidir e por amor de Deus retirem-me deste papel de estar aqui a defender uma coisa que eu por princípio defendo, mas considero que está, como viram perfeitamente aqui da própria missiva da Associação Nacional de Municípios, está carregada de lacunas, lacunas fundamentais que têm a ver sobretudo com a questão de financiamento. -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:** -----

----- “Eu vou tentar clarificar aqui as coisas para que os ” Deuses não vão loucos” como diz o Sr. Presidente da Câmara ou não continuem loucos, e vou tentar não ser uma pessoa inteligente, mas um cidadão comum e normal que tem perceção sobre estas questões.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Primeira nota sobre a questão da Justiça que aqui se falou e do Juízo de Instrução Criminal. Senhor Presidente já disse isto uma vez e vou dizer-lhe a segunda vez. O Senhor quando diz que a decisão foi uma decisão política, diz responsabilizando a política por esta decisão, mas o Senhor não se esqueça que o Senhor é Presidente da Câmara e é o órgão máximo político do nosso Concelho, e portanto sendo uma decisão política teria de ser o Senhor também a estar na primeira linha da defesa do nosso Juízo de Instrução Criminal. Mas nós não o perdemos hoje, nós já o perdemos em setembro, ou voilá poderia dizer, já o perdemos em abril quando foi entregue a proposta na Assembleia da República mas vamos falar para setembro.-----

----- Primeira nota, para acabarmos com esta discussão diz o Senhor Presidente: “tenho muitas dúvidas sobre todo este processo, tenho muitas dúvidas”. E eu vou recordar-lhe talvez aquilo que o Senhor sabe, mas às vezes é importante recordar. Esta questão da descentralização de competências não é nova no Município de Águeda nós tivemos descentralização de competências sobre a educação, processo altamente debatido no nosso Município, confusão da grande na nossa Assembleia Municipal, em Valongo se bem se recordam, uns para um lado outros para outro, não importa as decisões, foi debatido, eu quero-lhe recordar o que é que nos trouxe aqui, nessa altura o Senhor Presidente, como Vice-Presidente da Câmara, para nós decidirmos isto, trouxe-nos um pacote em que nos dizia assim, meus caros vamos fazer a descentralização de competências na área da educação, vamos receber competências nesta escola, naquela escola, naquela escola, vamos receber estas verbas, estas, estas e estas que dizem respeito ao pagamento destes funcionários, destes assim, assim e assim, vamos receber de cada escola vinte mil euros para manutenção, portanto o Senhor Presidente trouxe-nos um pacote sobre a descentralização onde aos membros da Assembleia Municipal, cabia-nos a nós decidir, depois da decisão da Câmara, sabiam exatamente o que é que estava em causa, haviam muitas coisas e muitas dúvidas também no ar, mas também tínhamos um pacote de obrigações, sabíamos o que é que tínhamos e o que é tínhamos que fazer, quero-lhe recordar também, que as promessas, na altura, também ficou prometido e ficou lavrado em Decreto-Lei que a Escola Secundária Adolfo Portela passado um ano basicamente entrava em obras, havia um ano para fazer projeto e o Governo tinha obrigação de fazer as obras na Escola Secundária Adolfo Portela, está em Decreto-Lei, estou a falar de descentralização de competências, até hoje as obras na Adolfo Portela, coitados, lá estão na mesma escola, pavilhões.-----

----- Já sei que o Senhor Presidente faz intenção, já vimos isso no orçamento, durante 2019 começar a fazer obras lá. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- Não é novo, a descentralização de competências, o que é que aqui nós pedimos, Sr. Presidente, e foi isto basicamente que o meu colega Carlos Almeida veio dizer e ali o Pedro também disse, a questão do Presidente da Junta do Préstimo, nós já sabemos, o Sr. Presidente já disse aqui vinte vezes, combinou em outubro que no dia um de fevereiro iriam tomar os Presidentes de Junta, todos conjunto esta decisão, com certeza que o Sr. Presidente quando combinou em outubro não sabia que até ao dia trinta de janeiro tinha que tomar uma decisão que tinha a ver com essa que ia tomar dia um de fevereiro. Houve uma alteração das condições e o Sr. Presidente da Junta, o que me parece que ele aqui pediu foi simplesmente isto:- Sr. Presidente nós temos aqui uma novidade, nós temos que tomar aqui uma decisão hoje que tem haver com o Espaço Cidadão- Loja de Cidadão, e ou mantemos o processo que temos com a Câmara ou passamos para o Estado? E portanto, o Sr. Presidente, aquilo que nos prometeu na altura, os duzentos euros ou duzentos e cinquenta, já ouvi tantos números, mas não importa, mantém isso? Eu sei que vamos na sexta-feira dia um de fevereiro, mas como isso foi prometido, diga-me só uma coisa, nós podemos contar com isto? É que se podemos contar com isto, é uma coisa tão simples quanto isto, nós estamos aqui ao seu lado, foi isso que ele disse. Nós estamos aqui a discutir duzentos euros há não sei quanto tempo, mas o Sr. Presidente, teimoso, também não que dizer que sim, porque sabe muito bem que se calhar lhos vai dar, mas não, sexta-feira decidimos, mas esquece que hoje ele tem que tomar aqui uma decisão, não custa nada ao Sr. Presidente antecipar essa decisão porque houve um facto novo desde outubro até hoje , teve que se tomar essa decisão hoje dia trinta de janeiro por isso o que eu lhe peço, não custa nada, é fazer esse esclarecimento.-----

----- Segundo ponto, sobre as estradas, nós não estamos a discutir a passagem simplesmente do IC2, problemas que o senhor diz que tem, e eu sei que os tem, nós estamos a discutir a passagem de um conjunto de estradas, o Sr. já me disse, agora, que são cerca de trinta e um quilómetros, mas não tem a certeza, o que acontece. Sobre as estradas, para tomarmos uma decisão, devíamos saber efetivamente estes valores que à um bocado eu falei, que nós tínhamos na área da educação quando tomamos a decisão sobre a delegação de competências da educação, são cerca de trinta e um quilómetros devíamos ter aqui uma coisinha é a estrada tal, a tal e tal, os nossos técnicos fizeram uma avaliação, a manutenção desta estrada custa tanto e esta, esta e esta se viermos a ficar com ela, está em mau estado e se tivermos que fazer reparação da estrada custa tanto e a partir daí já aqui não havia discussão, era uma coisa simples de analisar, é muito simples nós não tendo isto vamos votar numa profissão de fé, não está em causa as suas negociações, nós confiamos nas suas negociações, como confiamos nas negociações do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Dr. Gil Nadais, tudo isso, mas estamos a falar de na profissão de fé basicamente, nós vamos votar sobre, mais uma vez, nem é a sua palavra, porque não está em causa a sua palavra é que o Sr. está numa negociação que do lado contrário não tem nenhuma certeza, e todos nós estamos a votar sobre nada, então para votar sobre o nada, o que disse ali à bocado, o meu caro colega Carlos Almeida é, se daqui a seis meses ou antes, voltamos aqui a pronunciarmo-nos sobre isto e neste momento não temos nada, mais vale votar contra o que é seguro, e continuamos nas negociações, e daqui a seis meses voltamos aqui, penso que estou a ser objetivo.-----

----- Ultima questão tem a ver efetivamente com os estacionamento, só uma pequena nota Sr. Presidente da Assembleia Municipal, eu hoje à tarde a falar com o meu colega Carlos Almeida soube que haviam pareceres, estes pareceres que os funcionários da Câmara fizeram sobre os assuntos não me foram enviados, presumo que terão sido enviados a todos os membros das Comissões, eu não pertença a nenhuma Comissão, fiquei excluído, soube hoje às sete horas que haviam estes pareceres, é só uma nota, não tem nenhum mal, isso acontece-----

----- E o meu colega, Carlos Almeida já explicou aqui uma coisa que é o seguinte, nós vamos aderir ao processo de estacionamento, é a proposta da Câmara. E a Câmara diz, vamos aderir porque com isto através do SCOT garantimos uma maior eficiente da fiscalização assim, assim e assim, e o meu colega Carlos Almeida perguntou, mas garantimos? É que o parecer que aqui existe e a proposta que aqui existe fala em aparentemente e, portanto nós aqui não podemos ter dúvidas, ou sim ou não? Se o Senhor Presidente dissesse não, não há nada aparentemente, é mesmo assim como nós estamos a dizer, se é mesmo assim nós temos a garantia sua que vamos admitir, vamos aderir ao SCOT. -----

----- Depois fez-se aqui outra pergunta, penso que o meu colega Carlos Almeida e a Dra. Carla Eliana, fizeram que é o seguinte, neste parecer dos técnicos diz o seguinte, devendo contudo avaliar-se nomeadamente os meios internos disponíveis para a capacitação dos meios de fiscalização nas áreas de jurisdição municipal que deverão ser objeto de formação e redefinição especial.-----

----- O que é que dizem os serviço técnicos? Dizem para aceitarmos esta competência, os serviços técnicos podem estar errados, não digo o contrário, dizem que dever-se-á analisar os meios disponíveis, quer dizer que na ideia deles não haverá meios disponíveis suficientes para isto. E o que os meus colegas vieram aqui perguntar é, Sr. Presidente que meios é que nós precisamos para executar esta função? Temos dentro da Câmara ou temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que os contratar? Temos que contratar, quanto é que custa? São perguntas muito simples e objetivas de responder.-----

----- **Jorge Miguels Santos Melo – PS** -----

----- O que me traz aqui é relativamente a esta situação das competências, não tanto aquilo que o Sr. Presidente pretende assumir mais aquilo que o Sr. Presidente não pretende assumir onde eu considero que existe aqui uma dualidade de critérios porque se nós temos dúvidas relativamente a uma série de matérias não podemos deixar de tomar decisões nas outras matérias porque continuamos a ter as mesmas dúvidas ou arriscamos politicamente e assumimos politicamente avançar em todas elas ou então, se estamos aqui a ser cautelosos então reitero aquilo que disse o Hilário e o Carlos Almeida e não avançamos em nada mas, relativamente aquilo que é a vertente ambiental e da gestão das praias ou das não praias porque nós não consumimos como tal, à bocadinha decidimos sobre proposta da CIRA, votar favoravelmente uma série de matérias, inclusive parte da vertente marítima ambiental e do turismo, e agora vamos em contra ciclo não assumindo esta descentralização ao nível do Município. Preocupa-me, em especial os Senhores Presidentes de Junta, não virem aqui solicitar ao Senhor Presidente de Câmara que avoque esta matéria para o nosso Município, nós sabemos que com proximidade conseguimos fazer bem e melhor sabemos que por ventura conseguirmos licenciar as praias que neste momento são parques fluviais, vamos conseguir angariar mais turismo, são cinco rios, temos a Pateira também que pode ser englobada nesta situação, temos ainda o problema da segurança uma das situações que temos nas praias fluviais, como o Senhor Presidente tão bem sabe, é termos que cumprir com as regras de segurança e ter em todas elas um nadador salvador. -----

----- A título de curiosidade, nos últimos anos infelizmente já morreram, pelo menos três pessoas, nos nossos parques fluviais, e nós fechamos os olhos, abanamos para o lado, duas delas, infelizmente em Serém, e uma na Redonda e Sernada, mas ainda assim no Parque da Redonda morreu também uma pessoa que, se por ventura, tivéssemos a praia fluvial licenciada, havia um nadador salvador e criadas as condições e iria evitar a situação, talvez sim, talvez não.-----

----- Em relação à situação dos jogos da fortuna nós temos uma série de avenças na Câmara Municipal para tantos serviços, necessitamos de um parecer técnico, necessitamos de recorrer tecnicamente a informação mais minuciosa sobre este assunto, será que contratar um técnico ou dois, será assim tão descabido?-----

----- Depois vejo aqui outro contrassenso, relativamente à Justiça nós andamos em reuniões, anda o Senhor Presidente da Câmara em reuniões, para tentar que o Juízo permaneça cá em Águeda e depois contrata à descentralização, não senhor de momento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

não estamos preparados, acho que todos os dias que nós recusarmos avançar é um dia que estamos a perder no futuro, neste que foi o Executivo que, ao longo dos últimos doze anos, foi um Executivo ambicioso e que sempre arriscou e sempre rasgou o futuro.-----

----- Equipas EIP'S e aos Bombeiros, depois deparo-me aqui com alguns números que não consigo perceber muito bem, pedia ao Senhor Presidente de Câmara se possível me explicasse. O Senhor fala e bem, que, a Autoridade Nacional da Proteção Civil comparticipa com 50% a equipa da EIP e comparticipa com cinco homens, e que depois a Câmara Municipal comparticipa a mesma equipa da EIP com cinquenta mil euros. O Senhor Presidente da Câmara sabe que estes números estão errados e que isto não corresponde à verdade porque que aquilo que comparticipa é assim, cinco homens da equipa da EIP, mais cinco homens da equipa de uma Equipa de ECIN. -----

----- Transfere ainda mais quarenta mil euros para outras atividades, estranho aqui porque é do senso comum, toda a gente o sabe, estranho aqui que nesta resenha não contemple o vencimento ou o dinheiro que está saído, neste momento, dos cofres camarários para a avença que o Senhor Comandante tem com a Associação dos Bombeiros Voluntários, eu até acho que deve ter e até acho que ganha pouco, não podemos é dizer aqui que não podemos assumir a responsabilidade da EIPS porque não sabemos que competência lhe vamos dar e depois atribuímos uma avença ao Senhor Comandante sem definir claramente quais são as competências. Eu até acho que a avença que está neste momento é pouco devia ganhar, na minha opinião, o dobro. Deveria era estar muito bem definido o que é que ele tem que fazer em termos de competências e neste momento não está, portanto há aqui uma dualidade de critérios.-----

----- Na habitação social, todos nós sabemos e é um postal de que temos da melhor cobertura social no Município. Vão fechar ciclo, Sr. Presidente? Vamos então tratar da habitação social. Ainda nesta situação da habitação social dizer que isto faz parte da Constituição da Republica, todo cidadão tem direito à habitação e portanto tendo nós uma cobertura social brutal penso que se tratarmos desta situação se puxarmos esta responsabilidade para a Câmara Municipal que não será um custo por aí além.----- Não era competência da Câmara Municipal o investimento que fez e que, foi em excesso, criticado por todos no Executivo PS do Parque do Casarão mas assumiu risco, rasgou horizontes e hoje estamos lá.-----

----- Andamos à anos para tentar resolver o problema da Casa dos Oficiais para daí se poder fazer residências para a Universidade, temos aqui uma oportunidade, se nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

avocarmos esta gestão imobiliária do património será tudo muito mais fácil para resolver esta situação.-----

----- Temos em situação deplorável a casa dos cantoneiros, estou certo que se isto estivesse sobre a responsabilidade da Câmara Municipal com facilidade o Sr. Presidente da Câmara conseguia resolver o problema.-----

----- E vejo nisto tudo, efetivamente, uma dualidade de critérios que mais me parece aqui, uma esquizofrenia política, porque na rede viária onde certamente vamos investir centenas de milhares de euros, onde não há um estudo prévio nós dizemos Yes Man, e avançamos, relativamente às outras matérias, onde o investimento será certamente muito mais reduzido, metemos de lado e de momento não vamos avançar com essa situação, naquilo que é competência neste momento da Câmara Municipal e queria aqui um esclarecimento dentro daquilo que for possível.”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

----- “Sr. Presidente, eu disse-lhe à pouco que não ia demorar muito, e de facto não vou, apenas para lhe dizer, que em relação às afirmações que aqui foram proferidas pelo Sr. Presidente da Câmara, obviamente que irei confrontar quer o Sr. Presidente da Comarca de Aveiro quer o próprio Conselho Superior de Magistratura sobre as mesmas porque a confirmarem-se elas revestem de gravidade e eu acho que esta é uma circunstância que deve ser necessariamente apurada.-----

----- Além disso, dizer que aquilo que me preocupa, e porque o Sr. Presidente da Câmara continua sem responder de forma cabal às perguntas que vão sendo feitas sobre as verdadeiras implicações e os verdadeiros impactos da adoção destas novas competências queria dizer que esse é o ponto que nos preocupa, porque de facto o Sr. Presidente da Câmara referiu à pouco que houve uma reunião, uma conferência de líderes onde estas questões foram abordadas, não foram assim tão explicadas, o Sr. Presidente da Câmara não disse lá mais do que aquilo que disse aqui hoje e ainda assim, este é que é o local adequado para prestar todos os esclarecimentos, todas as informações que foram sendo solicitadas por todos os membros desta Assembleia. -----

----- A conferência de líderes foi uma iniciativa simpática, cordial, que aliás aproveitei também para esclarecer que, de facto saí mais cedo porque a reunião começou com quase meia hora de atraso, como o Sr. Presidente bem se recorda, eu não estava sozinha, estava com o meu filho, já que o Sr. Presidente à pouco fez referência à questão da natalidade também agora vamos lá salientar essa questão da natalidade e da família já agora Sr. Presidente, e por isso foi essa a razão pela qual eu me ausentei mais cedo como bem se recordará.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- E por isso Sr. Presidente apenas dizer que este processo de descentralização é um processo de facto positivo, a única coisa que me preocupa, e é isso que aqui está em causa, e a ideia com que ficamos aqui esta noite pelo menos é essa a ideia que eu ainda estou, é que o Sr. Presidente não faz bem ideia daquilo que vai fazer, e isso Sr. Presidente é apenas e só aquilo que me preocupa.-----

Brito António

Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia: -----

----- “Já agora esclarecer o seguinte, a Senhora Deputada poderá falar com certeza com o Doutor Paulo Brandão e poderá falar também com o Conselho Superior de Magistratura, o que nos foi dito obviamente que ao contrária indicia que a questão é política, porque foi-nos dito claramente que da parte do Doutor Paulo Brandão foi dito que não é da parte deles nem da informação do Tribunal que essa decisão é lavrada e do Conselho Superior de Magistratura o que nos foi dito é que eles não têm nada a ver com aquilo e que estão apenas e só a cumprir ordens do Governo, isso confirmo “ipsis verbis” aquilo que o Sr. Presidente disse”.-----

----- **Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira** -CDS;-----

----- “Sr. Presidente, justificando apenas que eu estou a intervir para colocar uma dúvida na sequência da intervenção do Sr. Presidenta da Câmara, claro que eu não tinha a dúvida antes de o Sr. Presidente da Câmara intervir, depois da intervenção dele ela foi suscitada.----- Sr. Presidente da Câmara disse que pretendia capacitar Câmara Municipal para assumir as competências plenamente no campo dos Tribunais, efetivamente este processo de delegação de competências tem uma componente no sector da Justiça, na área setorial da Justiça, mas abarca especificamente quatro áreas, é a área da Reinserção Social, é a área do Apoio à Vítima, é a área dos Julgados da Paz e será outra área relacionado com o Acolhimento Temporário de Reclusos. A única coisa que tem a ver com Tribunais são os Julgados de Paz que efetivamente são Tribunais.

----- Sr. Presidente foi aprovada em 2015, por unanimidade, na Câmara Municipal de Águeda, uma proposta para conceder autorização ao Sr. Presidente da Câmara da altura, para entabular negociações com o Ministério da Justiça de forma a criar o Julgado de Paz de Águeda, havia condições políticas propicias na altura, havia apoio parlamentar a esta iniciativa de Águeda, e a Assembleia Municipal, nesse mesmo ano 2015, aprovou aqui também, por unanimidade, autorizar o Sr. Presidente da Câmara a iniciar negociações com vista à formação dos Julgados de Paz de Águeda, eventualmente depois até com extensões noutros territórios.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- E Sr. Presidente, aquilo que eu queria apenas que clarificasse é se, é no domínio mais vasto das diversas competências que estão atribuídas pelo Decreto-Lei específico de que estamos a falar e portanto nestes quatro domínios desta área sectorial que pensa vir intervir ou se pensa dar prioridades especificamente à questão do Julgados de Paz?.”-----

----- **Ana Rita de Brito Carlos** – PSD; -----

----- “Pretendo apenas um esclarecimento relativo ao Decreto 104/2018, não fiquei totalmente esclarecida das declarações do Sr. Presidente da Câmara, inclusive da proposta apresentada, Se pretende ou não a instituição e gestão dos Gabinetes de Apoio aos Emigrantes, portanto a proposta fala de facto da instalação e da gestão da Lojas de Cidadão e do Espaço Cidadão, fala também da instituição e centros locais de apoio aos imigrantes, mas é completamente omissa acerca da instituição e gestão dos gabinetes de apoio aos imigrantes que são três áreas absolutamente distintas e que devem ser aqui precisadas.-----

----- Pretendo também saber se estão também estimados os custos com a instituição e gestão quer destes gabinetes de apoio ao imigrante, quer dos centros locais de apoio à integração de migrantes, que nos termos do Decreto-Lei são da exclusiva responsabilidade do Município pelo que importa considerar.”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Sr. Presidente, estão aqui duas questões.-----

----- Primeiro, o Dr. Miguel hoje está brilhante, porque veio outra vez esclarecer o que estávamos aqui a tratar quando estamos aqui a falar das questões da descentralização de competências relativamente à área da Justiça, Julgados de Paz, Reinserção Social, Acolhimento Temporário de Reclusos e Apoio à Vítima. É isto que estamos a fazer e é isto que disse logo no início, que achava neste momento, e também até coloquei a reserva, porque às vezes podemos mudar de ideias, mas neste momento estou absolutamente convicto de que é uma das competências que o Município de Águeda deve agarrar, e portanto não viabilizarmos depois a delegação de competências na Comunidade Intermunicipal, porque ao delegarmos a competência na Comunidade Intermunicipal deixamos de ter essa competência, portanto temos que perceber que este Decreto funciona em paralelo, e estarmos a dizer para Comunidade Intermunicipal não, agora não, porque não estamos minimamente capacitados, nem se percebe muito bem como é que isto vai funcionar, deixa-me ver agora os primeiros e poucos Municípios que vão avançar com este processo, como é que se vão comportar para nos capacitarmos devidamente, e se possível já em junho poderemos dizer que em 2020 temos esta competência que abraçaremos, porque lembro-me perfeitamente desse processo antigo, e acho que não só pelos Julgados



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de Paz mas por tudo o que se associa relativamente a isto. Acho que o nosso Município tem dimensão para se poder fazer um trabalho, naturalmente que há aqui um conjunto de custos, todos os Decretos são omissos relativamente a esta matéria, em que temos dificuldade sobretudo em estimar qual é a receita que vamos receber a partir daí, porque ela não está em lado nenhum.-----

----- Relativamente aos GAE e aos CLEI uma questão logo de princípio, cada um dos Decretos é para assumir na sua plenitude, nós não nos referimos aos GAE porque os consideramos incluídos nos CLEI, ou seja, fazermos se calhar Gabinetes de Atendimento, em vez de ser uma coisa distinta da outra, incorporarmos, porque penso, é uma questão depois de aplicação, mas há uma questão “sine qua non” pensarmos estes diplomas na sua plenitude. -----

----- O deputado Jorge Melo, colocou aqui algumas questões que estão ao lado desta situação, a questão das praias, nós temos parques fluviais, não temos nenhuma praia fluvial, mas não é agora com a transmissão desta competência que as podemos passar a ter, nós não as temos porque efetivamente os parques que nós temos não têm características de praias fluviais, não se enquadram na Lei, ainda estão muito longe disso, e aquilo que nós estamos a dizer é que não há urgência, porque não há nenhuma praia que neste momento, tenha reunido as condições para se poder avançar desde já e culminar já em praia, e sobretudo porque há esta indefinição toda, foi só isso que dissemos. Ou seja se o Município quisesse ou tivesse intenção de fazer praias já as tinha. Agora há aqui uma questão claramente, os parques fluviais que as Juntas de Freguesia tão bem tratam, com o apoio e financiamento da Câmara há muito tempo e naturalmente que é um caminho que estamos a percorrer, eu acho que ano após ano as Juntas de Freguesia por dedicação, devoção e com o financiamento da Câmara que muitas vezes procuram, vão melhorando essas condições paulatinamente, e posso-vos dizer que olhando para a escala nacional estamos muito bem dotados.-----

----- Já agora a questão dos três mortos que referiu, quando falamos desta questão às vezes tendemos a inflamar a opinião pública, que eu saiba na Redonda morreu um funcionário da Câmara no inverno a fazer canoagem, não tem nenhum contexto de praia.---

----- Segunda questão, as duas crianças que faleceram em Sernada, é completamente fora do sítio onde possa vir a existir algum tipo de praia, é um sítio no rio, num poço, eu estive lá. Às vezes atirarmos com estas questões que só servem para confundir.-----

----- Relativamente às residências universitárias, nós temos uma empreitada confirmada, estamos à espera do visto do Tribunal de Contas que já pediu esclarecimentos, já lhe mandamos, todos os dias são vésperas para chegar, para podermos avançar, não vem na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

lista a que nós temos acesso, e que muito sinceramente aquilo que fomos procurar em termos de prováveis e possíveis imóveis do Estado que poderiam incorporar-se isto aparece-nos que por exemplo, a escola do Sobreiro de Arrancada e da Sobreira de Agadão estão registada em nome da Câmara há muitos anos, não fomos nós, nem se calhar nenhum dos executivos que nos antecedeu, que há muito tempo fez este processo, há aqui um cadastro que inclusivamente tem lacunas graves, uma das coisas que nós não temos completamente a certeza, é por exemplo, a casa dos cantoneiros de Serém, que eu conheço, há um projeto, foi-me garantido pelo IP, que estão neste momento a desenvolver, para o por no mercado imobiliário porque está com uma localização fantástica.-----

----- Outra coisa que se calhar não verificaram da operacionalização da assunção da competência do imobiliário é que precisamos de fazer todo um conjunto de estudos económicos e financeiros.-----

----- Há uma coisa que são dois assuntos completamente distintos, aquilo que foi o nosso processo do protocolo que existe relativamente à educação, fomos um projeto piloto, foi negociado antes, por falar em antes, palmo a palmo avançado e quando veio aqui à Assembleia Municipal da parte do Executivo havia um conhecimento profundo, nós agora aqui estamos com um conjunto de diplomas que diz a Lei que se nós não nos pronunciarmos relativamente a estas matérias, até agora, ficamos com estas competências todas, com todas as dúvidas que temos, é isto que diz. E nós estamos aqui em cima do limite claramente para procurar ainda mais nos capacitar, ainda bem que a Câmara de Águeda não é a única, pois sei que neste momento, também está a decorrer a Assembleia Municipal de Aveiro e amanhã vamos ter a Assembleia Intermunicipal na CIRA. Foi estrategicamente colocado aqui, para permitir o quê? O debate e o esclarecimento melhor que pode, até porque tínhamos este princípio, vocês se quiserem mudar a proposta da Câmara, façam favor. Relativamente a uma e a outra, dizem, esta entendemos que há aqui alguém que entende que não deveria ser assim, votação, se esta votação vingar, é porque a proposta da Câmara imediatamente incorpora e está feito. E podem-no fazer todas. E volto a dizer, e foi a minha primeira intervenção, não é uma questão complicada para nós, o termos agora mais uma competência ou menos uma competência, justificamos as que aceitamos, essas sim, com o cuidado que vos disse desde o princípio, coerência e sobretudo coerência.-----

----- Porque efetivamente competências que já temos, e outras que andamos a negociar já, e reparem numa coisa com toda a competência andamos a negociar e quando se tratar de fazermos qualquer alteração, naturalmente trazemos aqui a proposta, e portanto mesmo neste âmbito quando for para fechar um acordo, não me passa pela cabeça fazê-lo sozinho,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

até porque reparem numa coisa, trinta e um quilómetros de estrada ultrapassa claramente a minha competência, se não, não há acordo, então se me vierem dizer que me dão cem mil euros, eu aceito trinta e um quilómetros de estrada, em péssimo estado, basta ir de aqui para Bolfiar.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Sr Presidente da Assembleia Municipal ajude-me a esclarecer isto, porque isto é cada tiro cada melro, então nós estamos aqui a discutir aceitar a competência das estradas e diz o Sr. Presidente da Câmara o seguinte:- o que estamos a aceitar aqui discutir é negociar, portanto nós agora se aceitarmos isto eu vou negociar a manutenção e a entrega das estradas, se eu não chegar a acordo com eles não há historia nenhuma.-----

----- O que é gestão? Explique-me lá Senhor Presidente-----

-----Sr. Presidente da Assembleia, peço desculpa pela questão, mas eu acho que nós devemos ficar esclarecidos sobre isto, sei que já passou tempo, mas o que é isto de somos responsáveis pela gestão? O que é que inclui a gestão?-----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Artigo 7º. , no prazo de 60 dias, após o prazo referido no nº.2., do artigo 14º. O IP comunica aos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e das Infraestruturas Rodoviárias, um projeto de transferência dos troços de estrada e dos equipamentos e das infraestruturas neles integrados indicando em especial o estado dos mesmos dos tipos de utilização existentes, bem como os recursos financeiros que acompanham a mutação dominial para fazer face às despesas de manutenção, conservação e reparação na zona da estrada. Os membros do Governo referidos no artigo anterior aprovam, no prazo de 60 dias, e remetem-no ao respetivo Executivo. Nos casos em que os Municípios tenham informado a Direção Geral das Autarquias Locais que não pretendam exercer estas competências, a comunicação supra referida é efetuada sessenta dias após o prazo referido na alínea b), tal, tal e tal. Os casos referidos no nº. 4, a comunicação do IP referida nos números anteriores é efetuada com três meses de antecedência relativamente ao fim do prazo da concessão e da subconcessão. A Câmara Municipal submete à aprovação da Assembleia Municipal o projeto de transferência acordado com o IP” .-----

----- Portanto, nós neste momento estamos a aceitar que avancem com isto, a gestão é nomeadamente a questão dos licenciamentos na borda da estrada, os placares, essas coisas todas, isso é connosco, certo? Se nós depois não validarmos a transferência dominial ficamos apenas com a gestão, provavelmente com a gestão já podemos decidir por exemplo, sobre as rotundas.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Mas também ficamos com a manutenção, Sr. Presidente? -----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Não, aquelas verbas estão ali claramente para assumir a gestão da manutenção, investimentos, etc. O n.º. 2, do artigo 9º diz o seguinte: “Caso não ocorra a mutação dominial, as competências de gestão transferidas para os Municípios não incluem a manutenção, conservação e reparação da zona da estrada, continuando essas função a cargo das entidades atualmente competentes de acordo com o regime legal aplicável.”-----

----- Portanto, esta para mim, apesar de todas estas confusões é das mais pacíficas.-----

----- Sr. Presidente, por favor, não me peçam para justificar os decretos, eu estou a dizer o que li.”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Neste momento não deu entrada na mesa nenhuma proposta de alteração à proposta da Câmara Municipal porque um a um vão ser colocados, consoante está a proposta da Câmara Municipal, isto é, quando digo, atenção eu não queria voltar a repetir, quando eu vou propor não pretendo assumir, se for aprovado, quero dizer que a Câmara não vai assumir aquelas competências. Quando eu digo que pretendo assumir, se for aprovado, a Câmara vai assumir aquelas competências, dúvidas há?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Sr. Presidente, estou preocupado, façam o seguinte, à proposta da Câmara podem votar claramente alínea a alínea, mas ao votarem não, é porque é o inverso, alteram aquela proposta, certo? A questão de votarem alínea a alínea não, mas votem naquele documento porque senão, de acordo com o tal parecer que temos aqui relativamente a outra matéria podemos induzir que a outra proposta está fora da ordem de trabalhos”.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Sr. Presidente o que eu proponha é o seguinte, o Sr. Presidente da Assembleia em cada alínea explica exatamente isto, se votarmos a favor é isto, se votarmos contra acontece isto, explica alínea a alínea.” -----

----- Não há absolutamente dúvidas nenhuma, eu gostava simplesmente que me fizessem chegar a informação que o Sr. Presidente da Câmara leu no final sobre a questão da gestão, qual é a alínea, Decreto-lei para nós antes de votarmos lermos isso? -----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

-----”Vamos passar à votação, meus Senhores, eu vou voltar a repetir, só mais uma vez. No primeiro Decreto-Lei, Decreto-Lei 97/2008 que trata da transferência de competências no domínio das praias marítimas, fluviais e lacustres, nos termos do tal Decreto-Lei o parecer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

da Câmara Municipal é de não assumir esta competência, por isso a proposta que vai a votação é relativamente à transferência de competências no âmbito do Decreto-Lei nº.97/2018 que trata de praias marítimas, fluviais e lacustres, não pretende assumir a competência.

Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em não assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Relativamente ao Decreto-Lei 98/2018, de 27 de novembro que trata da transferência de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins, jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo, a proposta da Câmara Municipal de Águeda é, não pretende assumir esta competência, e a proposta que vai a votação é, o Município de Águeda não pretende assumir a transferência de competências no domínio da autorização de exploração das modalidades afins de jogos de fortuna ou azar e outras formas de jogo nos termos do Decreto-Lei 98/2018, de 27 de novembro.

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em não assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- No âmbito do Decreto-Lei 100/2018, de 28 de novembro, que trata da transferências de competências no domínio das vias de comunicação, a Câmara na proposta que apresenta pretende assumir esta competência. A proposta que vai a votação é, o Município de Águeda pretende assumir a transferência de competências no domínio das vias de comunicação nos termos do Decreto-Lei 100/2018, de 28 de novembro.

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Relativamente ao Decreto-Lei 101/2018, de 29 de novembro, que transfere as competências no domínio da Justiça. A Câmara na proposta que apresenta é, não pretende assumir esta competência. A proposta que vai a votação é, o Município de Águeda não pretende assumir as transferências das competências no domínio da Justiça, nos termos do Decreto-Lei 101/2018, de 29 de novembro. -----

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em não assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Relativamente à transferência de competências no domínio do apoio aos Bombeiros Voluntários, nos termos do Decreto-Lei 103/2018, de 29 de novembro. A Câmara na proposta que apresenta não pretende assumir esta competência. A proposta que vai a votação é, o Município de Águeda não pretende assumir a transferência de competências



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

no domínio do apoio ao Bombeiros Voluntários, nos termos do Decreto-Lei 103/2018, de 29 de novembro. -----

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em não assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Relativamente ao Decreto-Lei N.º.104/2018, de 29 de novembro, relativamente à transferência das competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão. A Câmara Municipal apresenta uma proposta onde pretende assumir a transferência destas competências, por isso a proposta que vai à votação é a seguinte, o Município de Águeda pretende assumir a transferência de competências no domínio das estruturas de atendimento ao cidadão nos termos do Decreto-Lei n.º. 104/2018, de 29 de novembro.

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Nos termos do Decreto-Lei 105/2018, de 29 de novembro, que trata das transferências de competências no domínio da habitação. A proposta da Câmara Municipal de Águeda é, não pretende assumir esta transferência de competências. Assim, vai a votação a seguinte proposta. o Município de Águeda não pretende assumir a transferência das competências no domínio da habitação, nos termos do Decreto-Lei 105/2018, de 29 de novembro.

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em não assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Relativamente à transferência de competências no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, nos termos do Decreto-Lei 106/2018, de 29 de novembro. A Câmara de Águeda apresenta a sua proposta no sentido de, não pretende assumir a transferência das competências. O Município de Águeda não pretende assumir a transferência de competências no domínio da gestão do património imobiliário público sem utilização, nos termos do Decreto-Lei 106/2018, de 29 de novembro. -----

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em não assumir a competência foi aprovada por maioria. -----

----- Finalmente, nos termos do Decreto-Lei 107/2018, de 29 de novembro, no domínio do estacionamento público. O Município de Águeda na proposta que apresenta pretende assumir a transferência de competências. Vai a votação a seguinte proposta, o Município de Águeda assume a a transferência de competências no domínio do estacionamento público nos termos do Decreto-Lei 107/2018, de 29 de novembro. -----

----- Colocada a votação a proposta da Câmara Municipal em assumir a competência foi aprovada por maioria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- DECLARAÇÕES DE VOTO -----

----- **Jorge Miguel Santos Melo – PS**-----

----- ”Relativamente aos Bombeiros, relativamente ao Decreto-Lei 103/2018, de 29 de novembro, Sr. Presidente o meu voto contra é única e simplesmente porque considero que Águeda tem feito nos últimos anos um trabalho extraordinário relativamente aos Bombeiros e à Proteção Civil ou pelo menos tem tido essa pretensão de ser mais e melhor. Neste momento temos aqui a possibilidade de ficar com esta competência e de trabalharmos de forma pioneira e estamos a dizer que não queremos, estamos a falar da capacitação técnica dos nossos bombeiros, estamos a falar do estatuto dos nossos bombeiros, algo que anda para ser aprovado, foi uma promessa do Sr. Presidente, e que anda para ser aprovado e que ainda não o foi. Estamos a falar no âmbito da Proteção Civil, de várias associações de proteção civil em que nós podemos ser pioneiros no país puxando esta competência. Está-me a dizer que não, então está a dizer-me que já sabe o que é que iria ser dito por parte do Governo relativamente a esta matéria, porque em todas as outras o Sr. Presidente o que disse, é que vamos aprovar para o legitimar a ir ou vir o Governo, em relação a esta matéria o Sr. Presidente diz que não pretende ir.-----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida – PSD;** -----

----- “Sr. Presidente da Câmara Municipal, concluo desta votação que estivemos juntos em seis votações, separados em três, porque nós entendemos, que no geral, exatamente o mesmo que o Senhor. Temos muitos receios quanto aquilo que não conhecemos, gostávamos efetivamente de tomar posição positiva neles todos se em consciência julgássemos ser o melhor para Águeda, mas há uma coisa muito importante, sendo nós a favor da delegação de competências queríamos-lhe dizer que em junho cá estamos, que em junho esperamos que o quadro de conhecimento destas competências e daquelas que ainda se vierem juntar a estas seja mais exato, mais transparente, na convicção de que se o for, Senhor Presidente, estaremos ao seu lado, se o for, para o tornar possível”-----

----- **Carla Eliana da Costa Tavares – PS;**

----- “Veio o Executivo da Câmara Municipal de Águeda apresentar a esta Assembleia Municipal de Águeda uma deliberação pela qual se propõe a assumir a transferência de competências dos estacionamento públicos, nas estruturas de atendimento e vias de comunicação, designadamente da parte do troço da EN1, posição que mereceu o voto de abstenção de deputados do Partido Socialista com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

exceção da votação referente aos Gabinetes de Atendimento que mereceu o voto favorável.-----

----- Na verdade queremos assinalar que devia o Executivo da Câmara Municipal ter aproveitado este momento para apresentar ao Concelho, e a esta Assembleia Municipal uma estratégia de desenvolvimento e investimento para o futuro do concelho de Águeda, aliás aceitar a transferência de competências sem que simultaneamente se avalie de forma rigorosa o impacto desta decisão nomeadamente o impacto financeiro, será um erro, há não só que garantir que o envelope financeiro transferido pelo Governo Central é adequado e suficiente, mas também que o exercício dessas competências seja efetivamente positivo e útil para o Concelho, e sobretudo que a Câmara Municipal assegure que tem capacidade financeira para assumir estas mesmas competências.-----

----- E é neste ponto, na necessidade que consideramos existir de haver uma completa, profunda e rigorosa avaliação dos impactos desta transmissão de competências conjugada com uma estratégia de desenvolvimento para o Concelho de Águeda que queremos deixar bem clara a posição do Partido Socialista.-----

----- Hoje, como no passado, é nosso entendimento que a transmissão de competências deve pressupor e permitir a cabal eficaz prestação dos serviços públicos, por parte dos Municípios, sem que em momento algum possa ser posto em causa os princípios constitucionalmente consagrados da universalidade do direito de acesso à educação, à justiça e aos cuidados de saúde, o que deve ser sempre salvaguardado.”-----

---- **3 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal da alteração do preço de venda dos lotes no Parque Empresarial do Casarão - Águeda, durante o ano de 2019.** -----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

-----”Trata-se de uma proposta no seguimento do que tem vindo a ser feito nos últimos anos, temos uma proposta de Regulamento e as comissões estão a trabalhar para alteramos rapidamente, e tão rápido quanto possível esta questão. Penso que é matéria suficientemente clara e é sobretudo a continuação daquilo que se tem vindo a fazer, é uma questão também uma vez mais, de coerência e portanto penso que é simples, se entenderem que é”.-----

----- **Marlene Domingues Gaio** – PSD; -----

----- “Eu só preciso de um minuto, em representação do grupo municipal do PSD, e na senda daquela que vem sendo a nossa posição, venho comunicar que nos iremos abster e que de facto continuaremos a manter esta posição até à famigerada revisão do regulamento do Parque Empresarial do Casarão.”-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Senhor Presidente, quero lembrar só uma vez mais que efetivamente há um trabalho da comissão que todos os dias são vésperas para os recebermos.”----- Não havendo mais intervenções neste ponto da Ordem de Trabalhos, foi o mesmo colocado à votação, tendo sido aprovado por maioria com 17 votos a favor, 3 do PSD, 1 do PS e 13 do Juntos e 9 abstenções, 3 do PSD, 2 do CDS e 4 do PS.

----- **Declaração de voto**

----- **Carla Eliana da Costa Tavares** – PS; -----

---- “Apenas para dizer que inicialmente o grupo municipal do Partido Socialista ia votar contra esta proposta, no entanto ponderamos, até porque não temos a certeza se esta é a comissão do nosso colega Manuel Farias, creio que é até na comissão dele que está a ser concessionada esta questão e como ele não está presente, queremos depois questiona-lo sobre esta situação. Porque de facto já é mais que tempo que que devia sair esta alteração ao regulamento, já estamos a protelar esta situação demasiado e além disso não faz sentido que sucessivamente estejamos a aplicar um valor de exceção quando, creio, que nunca foi aplicado na realidade aquele valor que está previsto no regulamento, isto não faz sentido e por isso venho sobretudo apelar a que de facto essa revisão seja feita quanto antes.” -----

----- **4 – Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Apoios e Contratos Interadministrativos Extraordinários às Juntas / Uniões de Freguesia.”**

----- Neste ponto foram feitas as intervenções que se transcrevem na íntegra: -----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Uma vez mais conforme acordado na tal celebre reunião de outubro, estamos aqui e ainda mais cedo do que o que ficou, porque não contávamos com esta Assembleia extraordinária, a trazer no fundo uma proposta que não é, nem mais nem menos do que do que aquela questão dos protocolos, dos contratos interadministrativos e dos apoios que foram transferidos para as Juntas de Freguesia e que naturalmente não foi possível às Juntas terminarem ou sequer começarem, e portanto são exatamente esses valores estendendo-os agora para 2019.”-----

----- Provavelmente dirão e poderão dizer que isto se deve efetivamente à situação de termos o ano passado, numa forma mais tardia, aprovado estes diplomas provavelmente sim, uma nota, no ano anterior fizemos isto em fevereiro, tivemos mais transferência como bem se recordam, portanto também houve uma transferência significativa e portanto nem sempre aquela máxima e aquela indexação direta de uma coisa à outra, mas de qualquer



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

modo compreendo e aceito claramente que o facto de ser mais tardio no ano tenha tido esta repercussão e estava só a tentar-me antecipar a algum eventual comentário nesse sentido, porque entendo que faz todo o sentido, portanto não é nem mais nem menos do que exatamente isso.-----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida** – PSD; -----

----- “Senhor Presidente da Câmara, queria lembra-lo, o que já disse em várias Assembleias e aliás disse no orçamento deste ano, eu já desconfiava que isto fosse assim, é natural que o PSD vai votar favoravelmente a proposta que nos trás. Gostaria de lhe fazer uma pergunta, onde é que o Senhor vai encontrar cabimento para esta verba? Se não se importa, vai propor uma revisão orçamental? Vai fazer uma alteração orçamental? Compreende aquilo que eu disse na Lei do Orçamento ou no orçamento que foi, nós aqui temos muita dificuldade de cumprir o nosso princípio básico da fiscalização. -----

----- Quería também perguntar uma coisa Senhor Presidente, se me permite, há um bocado disse e eu retive o Senhor não é Presidente, o Senhor está Presidente, foi assim não foi? Naturalmente não quer fazer nenhuma comparativa à “mulher de César., a mulher de César não está séria, é séria” e queria-lhe fazer uma pergunta, relativamente a Travassô, qual é sua posição? E pergunto isto, porque isto foi abordado em Belazaima, em Belazaima o Senhor Presidente e compreendo, deu uma explicação como é que funcionava o Movimento Juntos e apartou-se das guerrilhas, vou-lhe chamar assim, que existiam em Travassô, eu queria fazer só esta pergunta que tem a ver com isto, o Senhor vai executar as obras em Travassô relativas ao ano de 2018 ? O que é que pensa fazer relativamente a isso? E já agora porque estávamos a falar de ser ou estar, Presidente queria-lhe perguntar, nesta notícia de jornal em que o Senhor está a entregar a lista dos Juntos candidata à Freguesia de Travassô, o Senhor estava Presidente, era Presidente ou neste horário presumo coincidissem com o ser ou estar Presidente, o Senhor não era uma coisa nem era outra.----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da

Câmara:----- “Relativamente a esta questão, naturalmente que os Juntos foi o Movimento que nos elegeu, tinha uma lista em Travassô, naturalmente que neste momento, e no momento em que, nomeadamente outros Presidentes doutros Municípios em horários dos Municípios, não sei qual é o horário do Presidente e portanto posso me estar a enganar agora aqui nestas coisas, também se deslocam inclusivamente ao nosso Concelho para dar esse apoio e são Presidentes de outros Municípios e portanto essa questão, não sei, mas era interessante também colocá-la internamente dentro do seu partido, mas provavelmente estariam noutras funções enquanto são Presidentes, eu só tenho esta, e por isso mesmo não sei.----- Mas relativamente a esta questão,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

dizer somente aquilo que efetivamente importa, eu relativamente à matéria de Travassô e ao contrato interadministrativo e aos apoios que tínhamos, temos naturalmente um contrato que nunca foi assinado por impossibilidade da Junta de Freguesia, é um assunto que naturalmente estou completamente aberto para o discutir no futuro com quem se mostre e se defina como competente, que o processo eleitoral o defina como competente e naturalmente que não me importo, qualquer das soluções que eu possa ter que propor a esta Assembleia, virá aqui. Estou com total abertura relativamente a esta matéria até porque no passado e durante este período em que mantive, como Vossas Excelências dizem, tão ausente, muito sinceramente tentei fazer trabalho, e trabalho... algumas coisas que não foram feitas porque já o disse aqui, para mim todos os dias eram vésperas para que se resolvesse aquele imbróglio, naturalmente que nunca tive dúvidas nenhuma de que nestas questões das maiorias que não são e para constituição das maiorias o único candidato que ganha deve promover e fazer as cedências necessárias para maioria, aliás nós temos um Governo que deu e que não contempla o mais votado nas eleições legislativas. Mas agora reparem numa coisa, e portanto historicamente e até podemos ir inclusivamente a Travassô, o CDS teve um candidato aqui há uns anos, um candidato não, um Presidente de Junta eleito que não ganhou com maioria e fez um mandato sem ter nenhum colega da lista eleita, eu lembro-me perfeitamente disto, já lá vão uns anos, mas eu lembro-me perfeitamente disto. Eu acho, que na minha Freguesia já aconteceu uma situação destas e nem por isso se deixou de fazer um grande mandato, já lá vão muitos anos, acho que é claro e notório que esta questão das competências, mas apesar disso e apesar de efetivamente aquele nó não se ter desfeito durante este tempo todo, e eu lamento muito sinceramente, e lamento por todas as razões sem estar preocupado em dar razão a alguém, porque eu acho que ninguém teve razão, ou melhor as razões que puderam cada um ter geriram-nas mal, geriram-nas da pior forma, da pior forma sempre durante todo este processo e não vale a pena estarmos aqui a branquear, eu preferia não ter falado disto.----- Agora, durante todo este processo, prestei o apoio todo, todo, todo que me foi pedido e isso indiscutivelmente e procurei mais, procurei soluções com quem eu entendi que estava perfeitamente...e que era óbvio que nessa altura era o Presidente da Junta, não em plenas funções, porque não estava, mas procurei soluções aliás há soluções que ele chegou a apresentar que fui eu, foi comigo que as discutimos e muitas situações e podemos e estamos completamente à vontade os serviços da câmara, agora não é sério dizerem-me reiteradamente e virem inclusivamente para apresentação de uma candidatura, dizerem que quando o então Presidente da Junta se entendeu demitir-se, ou termos técnico que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

colocaram, renunciar ao mandato, que a seguir fomos para lá com os trabalhadores da Câmara, meus amigos, ele inclusivamente, sabemos perfeitamente e quem quis ver, suponho que ele renunciou numa terça-feira e eles andavam lá desde quinta anterior. Isto já foi dito e portanto se continuarem com este tipo de indicação claramente que isto não é sério. A Câmara preocupou-se naturalmente na limpeza de valetas, disto, daquilo...nós qualquer dia que ia passando até à renúncia eram vésperas de se decidir a situação e a Junta estava plenamente competente e mais e a Câmara transferia para à Junta todos os valores como transfere para todas as outras Juntas tratamos dentro das possibilidades com total equidade e esta foi a realidade e não digam outra coisa, porque isto foi o que aconteceu.-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD:

----- “Vinha aqui esclarecer o Senhor Presidente da Câmara que tem que ser, tem que fazer afirmações mais consentâneas com a verdade. A comparação que o Senhor dá é absolutamente errada, porque quando o Senhor fala da eleição em Travassô que efetivamente o elemento eleito CDS teve que negociar e governar com outros dois partidos, era na anterior Lei, admira-me como é que o Senhor Presidente da Câmara não conhece a atual Lei que mudou, e a atual Lei já mudou há uns anos atrás, em que impôs que antes havia o Presidente da Junta eleito e as listas para a formação da Junta, do tesoureiro e do secretário eram entregues pelos membros da Assembleia de Freguesia, neste momento não é mais possível os membros da Assembleia de Freguesia apresentarem uma lista, só o Presidente da Junta pode apresentar esta lista, isto faz toda a diferença. Senhor Presidente, vir dizer uma coisa como o Senhor disse agora é querer esquecer-se que a Lei mudou.----- Segunda questão, o Senhor gosta de factos e os factos são estes, nós vimos o Senhor Presidente, hoje da Câmara, na altura candidato dos Juntos ao lado do seu candidato quando foi da apresentação do candidato a Travassô quer no tribunal, quer nas manifestações todas até ao dia de eleição. A partir do dia em que perdeu o Senhor disse aqui na Assembleia Municipal que não tinha nenhuma responsabilidade sobre isso era uma questão independente que o vosso Movimento Juntos tinha essa situação e portanto era uma questão de gestão deles lá em Travassô, o Senhor não tinha nada a ver com isto. Acontece que mal o nosso candidato renunciou O Senhor aparece logo, outra vez ao lado do seu elemento dos Juntos, foi para o Tribunal nem mandatário é, apresentar a candidatura de braço dado, veremos se no dia vinte e quatro de fevereiro o seu candidato não fica outra vez sozinho.

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF do Préstimo e Macieira de Alcôba:----- “Já que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

se fala aqui em Travassô e Ois da Ribeira, outro dia li algo no facebook, passo a ler e só quero uma opinião do Senhor Presidente da Câmara Municipal, relativamente a isto que eu li., diz assim:-----

“Limpeza do Adro e reposição de luz pública no Adro, agradecimento à Câmara Municipal de Águeda. Na sequência dos festejos em honra dos Mártires de Marrocos, que tiveram lugar no sábado e domingo, o Largo com o mesmo nome fica cheio de lixo por tudo quanto é lado, porque hoje, segunda-feira pela manhã o lixo continuava no local. Fernando Pinto da Fábrica da Igreja, que por acaso é o candidato dos Juntos, a Presidência da Junta intercedeu à Câmara Municipal de Águeda sobre o que fazer, Jorge Almeida adiantou que não podia intervir, pois competia à Junta de Freguesia de Travassô fazer essa solicitação a exemplo dos anos anteriores, uma vez que o Largo é um bem público. Neste impasse teve de ser formalizado o pedido de limpeza, através de e-mail pelo nosso Pároco Padre, Júlio Granjeia, e o Adro foi então limpo durante a manhã de hoje por funcionários da Câmara Municipal de Águeda para quem vai a nossa gratidão em nome da Paróquia.-----

----- Aproveito o ensejo para salientar que também foi graças à intervenção de técnicos camarários

qualificados.----- **Brito**

António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia:

-----“Senhor Presidente, nós não estamos no período antes da ordem do dia, eu relembro o ponto- Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Apoios e Contratos Interadministrativos Extraordinários às Juntas / Uniões de Freguesia.”, na Trofa, no próximo mês, ai sim há um período antes da ordem do dia.”

----- **Pedro António Machado Vidal** – PUF do Préstimo e Macieira de Alcôba:-----”Só vou acabar a frase, eu acabo já.----- E o Adro foi então limpo durante a

manhã de hoje por funcionários da Câmara Municipal de Águeda para quem vai a nossa gratidão em nome da Paróquia.----- **Jorge Henrique Fernandes**

de Almeida – Presidente da Câmara:----- “ Senhor Presidente não tenho qualquer tipo de responsabilidade em publicações que coloquem. Recebi um e-mail do Senhor Padre Júlio Granjeia solicitando a reparação da iluminação pública, cuidado da Câmara Municipal, como bem sabem, colocada lá pela Câmara Municipal e recebi um e-mail Senhor Padre Júlio Granjeia e eu não queria repetir-me, estou a falar devagarinho para ouvirem, e respondi afirmativo a esse e-mail, já agora, com uma nota de que efetivamente é um procedimento habitual que a Câmara Municipal tem nos Santos Mártires de Travassô desde há largos anos e naturalmente a Junta de Freguesia costuma-nos formular essa



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

solicitação e este ano não solicitou.-----Volto a dizer e são factos o Senhor Padre Júlio Granjeia mandou um e-mail para a Câmara Municipal solicitando este tipo de intervenções, e naturalmente no dia seguinte preocupados com a lixeira que lá ficou e que a comissão de festas não limpou no espaço público municipal, fomos lá e foi o Senhor Padre que solicitou”. -----

Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD: ----- “ O Senhor Presidente é capaz de me esclarecer, neste momento de quem é a competência na Freguesia de Travassô e Ois da Ribeira para a limpeza dos largos, das valetas, dos passeios? De quem é a competência neste momento, Senhor Presidente? É capaz de me esclarecer?----- **Jorge**

Henrique Fernandes de Almeida – Presidente da Câmara:----- “Penso que há uma comissão diretiva administrativa em funções que tem um conjunto de funções, nomeadamente a gestão da Freguesia e é aí que pode naturalmente fazer algum tipo de solicitações, eu considerava-a legítima, mas se não é...e pelos vistos não é, desculpem alguma lacuna da lei que eu não conheço, mas é só meramente isso, mais nada. -----

Hilário Manuel Ferreira dos Santos – PSD:

-----”Senhor Presidente, o Senhor diz assim umas coisas, essa de delegação de competências na Freguesia foi efetuada? Que eu saiba a delegação de competências é da Câmara, diga-me só se é verdade se é mentira? A delegação de competências neste momento é da Câmara, não é da Freguesia, é verdade ou é mentira Senhor Presidente? Eu preciso de esclarecer isto, o Senhor Presidente diz aqui uma coisa que é o seguinte, a competência é da comissão..., dessa tal comissão que o Senhor Presidente diz que está neste momento em vigor, que eu saiba é da Freguesia eu quero que o Senhor Presidente da Câmara me explique, a competência, Senhor Presidente explica-me ou não, é de quem? Da Câmara? Da Freguesia? Neste momento, para a limpeza de valetas, passeios, isso tudo? ----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** –

Presidente da Câmara:----- “ Senhor Presidente, Srs. deputados, de uma forma muito clara o Senhor Pároco teve a atenção e a clarividência de solicitar à Câmara Municipal a limpeza daquele espaço e a colocação das lâmpadas fundidas da iluminação pública. Usando da competência do Município , total e completa, esse serviços foi feito.”----- **Brito António Rodrigues Salvador**

– Presidente da Assembleia: ----- “Senhor deputado, eu não vou permitir, isto está completamente fora do âmbito que estamos aqui a discutir. Daqui a um mês podemos voltar, hoje não, está tudo cansado, está tudo a querer já ir embora, vamos ser práticos.”----- **Hilário Manuel Ferreira dos**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Santos – PSD: ----- “Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é capaz de me esclarecer de quem é a competência?”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: ----- “Vamos ser práticos, o assunto é sobre o ponto quatro, daqui a um mês o assunto pode ser discutido, o que vocês entenderem, aqui não. Vamos ser objetivos e práticos.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: ----- “ Senhor Presidente da Câmara e Senhor Presidente da Assembleia Municipal, estamos a discutir uma delegação de competências para serem atribuídas a diversas Freguesias, é o que estamos aqui a discutir e o que eu pergunto é ao Senhor Presidente da Câmara, neste momento a competência para limpeza de valetas, manutenção de passeios tudo isto, é de quem? É da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira ? É da Câmara Municipal ou é da Freguesia? Pergunto isto, porquê? Porque não vejo aqui nenhum protocolo para ser votado para a União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, depreendo que a competência seja da Câmara e se a competência é da Câmara, é muito grave estarmos aqui a dizer que a Junta de Freguesia não fez um pedido que a competência é da Câmara, quero ficar esclarecido sobre isto, Senhor Presidente da Assembleia.-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: ----- “Senhor Deputado, nós estamos aqui a discutir apoios extraordinários que não têm nada a ver com delegações de competências que já foram do passado e que vão ter retroatividade e vão ser pagos, é isto que eu percebi, por isso nós não estamos aqui a discutir delegações de competências, estamos apenas, e só, a decidir por um conjunto de contratos que estão identificados e que temos que votar sim ou não, é isto que está aqui em causa neste momento.”-----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: ----- “ Já percebi que não querem responder.”-----

Brito António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia: ----- “Exatamente, tem essa interpretação...”. -----

Sérgio Edgar da Costa Neves – PUF de Travassô e Óis da Ribeira; ----- “Queria vir aqui intervir por uma coisa muito simples. Senhor Presidente ficou feliz da sua intervenção a pedido do Senhor Padre Júlio, eu não sei se os outros pedidos que fiz ao longo deste ano, tenho cerca de oitenta e qualquer coisa pedidos efetuados a si e a esta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Câmara, se os tenho que mandar ao Senhor Padre para que o Senhor os faça ou se por ventura eles vão ser atendidos?”-----

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:----- “Senhor Presidente, devo resposta a muitos e como acontece com todos os Presidentes de Junta, não conseguimos dar resposta a todos.”----- Não havendo mais intervenções acerca deste ponto, foi o mesmo colocado a votação, tendo si aprovado por unanimidade a proposta da Câmara Municipal para Apoios e Contratos Interadministrativos Extraordinários às Juntas / União de Freguesia. ----- **5 - Tomada de conhecimento pela Assembleia Municipal da decisão do Executivo Municipal a respeito da Opção Gestionária.**

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:----- “ Senhor Presidente, é o cumprimento de um processo, trazemos para conhecimento dos Membros da Assembleia o estado da arte neste momento, só para vos dizer que levamos esta proposta ao Executivo no sentido de definirmos o montante máximo previsível que podemos vir a transferir, estamos neste momento a notificar todos os funcionários da sua situação a verificar e com a confirmação do próprio funcionário que tem dez dias de prazo, para o dizer e confirmar a sua situação em concreto, e depois naturalmente com essa mesma concretização se percebe claramente se estão abrangidos por opção gestionária ou não, e então a partir daí, estamos a contar, é esse o nosso compromisso, proceder ao inicio dos pagamentos ou aos pagamentos em fevereiro uma vez que também nessas notificações se pergunta, já se dá conhecimento do valor a cada um dos funcionários. Este processo estava todo e está todo disponível para verificação por todos os Membros da Assembleia, está nos recursos humanos, eu queria-vos pedir para que percebessem que têm ali o percurso profissional e pessoal de muitos funcionários e portanto não é um documento que possamos difundir, por uma questão de segurança de informação, por via eletrónica, como bem sabem, depois perderíamos a possibilidade de o mantermos com recato suficiente, é essa a única razão, não há outra, mas naturalmente que qualquer Membro da Assembleia que queira consultar o processo e consultar qualquer situação em particular ou não, está naturalmente disponível nos recursos humanos.----- Esse é o montante máximo, entendemos nós, do que teremos que pagar e portanto é esse o conhecimento que vem, porque no fundo trata-se de dar cumprimento à sentença e depois a todo o percurso que já vem e que já foi validado inclusivamente em termos de grandes opções do plano e orçamento.”----- **Carlos Filipe Correia**

Almeida – PSD; ----- “Senhor Presidente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

hoje é o dia dos diplomas, decretos, eu gostava de lhe fazer uma pergunta para ver se me ajuda aqui neste entendimento. ----- A Câmara Municipal de Águeda, foi condenada pelo acórdão de 14 de julho de 2017, ou seja à sensivelmente um ano e meio. Este prazo não conta para o prazo médio do pagamento aos fornecedores, pois não? Porque é que, só agora este assunto vem cá? Esta é a primeira questão.-----

Segunda questão, antes de mais parabeniza-lo, esses malvados do anterior Executivo deixaram-lhe aqui uma batata, uma batata que é complicada, portanto os meus parabéns por tentar resolve-la, porque isso não se faz, os anteriores membros do Executivo deixaram-lhe uma bolacha destas, agora até descobri que afinal a causa minga, há seis meses disse-lhe que era uma certa quantidade de dinheiro muito próxima desta que está aqui, não errei.----- Mas

tenho aqui uma última questão que é o seguinte, portanto os autores representados pelo STAL, se lhe quisermos chamar assim, são cerca, mais ou menos aí eles não me levem a mal, cento e trinta, eu queria-lhe fazer uma pergunta, todos estes autores representados pelo STAL nesta ação de impugnação de quatro de novembro de 2010 cumpriam os requisitos legais para serem reposicionados por opção gestional? Sim ou não? Se o Senhor Presidente percebeu, eu queria saber se estavam todos em condições de cumprir os requisitos legais para serem reposicionados por opção gestionária? E se todos vão ser notificados? Para nos moldes em que falou, procederem em conformidade.”----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:----- “Este é um processo que é naturalmente uma batata quente das grandes, das grandes. E relativamente à questão da morosidade, ou da eventual morosidade, há aqui uma questão que importa reportar.-----

----- Nós iniciamos este processo muito pouco tempo depois de termos tomado posse, porque efetivamente durante o anterior executivo, o anterior Presidente entendia que o próximo executivo depois trataria do processo, e também nessa altura, portanto a sentença é de julho de 2017, nós passamos o ano passado todo, e atenção eu aqui tenho que realçar indiscutivelmente a colaboração do STAL que nos ajudou neste processo, e eles próprios, talvez perceba porque é que a coisa não é pacífica, só não é pacífica por acusa de alguma contrainformação que acontece sempre nestes processos porque efetivamente o processo é muito, muito, muito grande e a amplitude do número de pessoas que são tratadas que tivemos que verificar era bastante grande.----- Desde logo pegamos na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sentença, a sentença em traços gerais reprecisa uma primeira decisão que foi, como todos nós nos lembramos do processo, portanto a aplicação da aplicação gestonária que vem aqui depois há uma inspeção que diz não, não há cabimento e nós Executivo da altura fomos notificados inclusivamente tínhamos noventa dias, salvo erro para demonstrarmos, sob pena da responsabilidade financeira própria, que se tinha iniciado os processos da reposição e naturalmente que os funcionários, na sua grande maioria, procederam a essa reposição, foi um processo, muito sinceramente, bastante complicado e diria dramático até para alguns, porque alguns receberam em 2009 algumas quantias, que eram significativas, provavelmente gastaram-as e depois tiveram que proceder às reposições ao longo do tempo e eu próprio naturalmente percebi desde o inicio desse processo que o acompanhei de uma forma bastante complicada.----- Quando pegamos neste processo, sobretudo eu e a Dra. Elsa pegamos nisto mais de perto, tivemos sempre uma preocupação muito grande, fazermos bem não cometermos erros, sobretudo erros que levassem a eventuais reposições no futuro e portanto fazermos bem e colocamos, não uma multidão, mas um conjunto alargado de técnicos nos recursos humanos que nos poderia com esta diversidade de pessoas a tratar do mesmo tema criarmos aqui alguma situação de desconformidade e até correr um maior risco indiscutivelmente e portanto centralizamos este tipo de trabalho que volto a dizer eu acompanhei, a Dra. Elsa acompanhou e muito sinceramente os funcionários que estiveram envolvidos neste processo tiveram um ano bastante complicado, porque o processo envolveu muitos, muitos, muitos funcionários, e tem naturalmente uma latitude bastante grande.-----

----- Depois começaram-nos a surgir efetivamente algumas surpresas, desde logo porque a sentença refere-se a um conjunto de funcionários, mas a sentença diz claramente uma coisa muito simples, diz que: ok aplique-se afinal a opção gestonária, portanto a primeira decisão era no sentido de aplicar a opção gestonário, a segunda não tem cabimento de acordo a inspeção obrigaram-nos a tomar aqui decisões no sentido de voltar com o processo atrás e agora esta sentença diz, não, não, voltem lá primeira e apliquem a opção gestonária e portanto a opção gestonária é uma coisa absolutamente clara e perfeitamente definida e enquadrada na Lei de então.

----- Os funcionários a quem era passível de ser aplicada a opção gestonária têm que cumprir determinados parâmetros que estão perfeitamente descritos na lei. Quando se começa a fazer este processo começa-se a verificar que da sentença alguns funcionários não cumpriam, alguns de todo nem sequer contratos de trabalho por tempo indeterminado, na altura tinham, tinham contratos,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

por exemplo a termo certo que não têm enquadramento e que fazem parte da sentença. Primeira questão que se nos colocou aqui, e da parte dos sindicatos diziam, eles fazem parte da sentença paguem e do nosso lado, mas pagamos o quê? Onde os vamos colocar? E subimos uma posição, duas posições, três posições? Eles não cumprem.

----- Procuramos pareceres, procuramos inclusivamente numa reunião que tive no Tribunal de Contas com uma Juíza Conselheira a quem questionamos e ela naturalmente, não me pode dar um parecer escrito e formal, mas lá foi dizendo, não se metam nisso, porque isso vai culminar em que esses funcionários vão voltar a repor.-----

E portanto, nas várias reuniões que tivemos com o sindicato houve ali uma altura em que o próprio Jurista do sindicato quis fazer alguma pressão relativamente a esta matéria, até que eu disse, arranje-me lá um parecer e diga-me porque caminho é que eu devo prosseguir e ele a partir daí, até hoje, não voltou a falar do assunto.-----

----- Temos este processo em que estamos a notificar todos os funcionários, relativamente a esta matéria, todos os funcionários que são enquadráveis porque depois colocamos o princípio da igualdade que está consignada, portanto aí não temos nenhuma dúvida que podemos enquadrar, ou seja, se os funcionários que estão na ação do tribunal, que têm determinados parâmetros é-lhe aplicado. Os outros funcionários que não estando nessa ação, e então aí é claramente uma decisão nossa, vamos por aqui, porque efetivamente estamos aqui a criar uma clivagem, uma injustiça que não se percebe.-----

----- E o processo está a culminar desta forma, portanto as pessoas estão de uma forma clara, limpa e transparente a ser-lhe colocada esta questão formalmente, com um quadro onde se explica tudo muito bem, onde lhes são dados dez dias para dizerem se querem que lhes pague de que forma? Em algumas mensalidades, eu diria por dez meses e não mais do isso, porque queremos acabar com este processo este ano ou se querem na totalidade e portanto, a Câmara neste momento, e os Senhores são conhecedores disso, temos condições para poder fazer face a esta situação.-----

----- Estamos a fazer esse trabalho, volto a dizer, por aquilo que eu sei, os serviços estão afanosamente a tentar dar-lhe cumprimento, o nosso objetivo é pagar em fevereiro a todos e aqueles que pretendem receber em duodécimos ou décimos, a proposta é no sentido de receberem em décimos.-----

----- Até ao final do ano encerramos o processo.” -----

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Segundo bem me recordo este processo é originado porque os trabalhadores de 2005 a 2008 não foi aplicado o SIADAP, que era uma obrigação da Câmara e portanto não foram corretamente avaliados e depois entrou a opção gestonária. -----

----- Mas, o Senhor Presidente disse hoje aqui duas ou três novidades, pelo menos para mim.-----

----- A primeira é que havendo uma sentença em julho de 2017 o ex Presidente da Câmara, basicamente não quis fazer absolutamente nada e empurrou o processo para a Câmara a seguir, foi aquilo que eu aqui ouvi.-----

----- A segunda questão que eu aqui ouvi, e esta sim deixa-me absolutamente preocupado, é que o Senhor Presidente da Câmara assume aqui que há conjunto de trabalhadores que estão erradamente na sentença nesta lista que não têm direito a reposição nenhuma nem a opção gestonária nenhuma, segundo diz o Senhor Presidente, mas que estão na sentença, a minha pergunta é esta, a anterior Câmara exerceu a sua defesa e a sua função foi o STAL que indicou um conjunto de trabalhadores, penso eu, na altura em colaboração com a Câmara, recordo-me do STAL estar aqui, o António Augusto convidado pelo Ex Presidente da Câmara para vir então fazer o levantamento dos trabalhadores que teriam direito à opção gestonária e foi numa relação entre o STAL e a ex Câmara Municipal que foram indicados os trabalhadores para este processo já depois de haver aquilo que o Senhor disse, e muito bem, a posição que vocês tiveram que alterar na reunião de Câmara.-----

----- Hoje chegamos à com conclusão que foram indicados um conjunto de trabalhadores erradamente na ação proposta, segundo diz o Senhor Presidente, ora o atual Município está prejudicado nisto, hoje não está prejudicado em termos monetários porque ainda não foi pago a esses trabalhadores, mas foi proferida uma sentença a favor desses trabalhadores. E eu precisava que o Senhor Presidente me confirma-se exatamente isto, primeiro há trabalhadores que estão na sentença do Tribunal ao qual não lhes vai ser pago opção gestonária? Fico por aqui, depois prossigo mediante a sua intervenção se é que pode esclarecer.

----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida** – Presidente da Câmara:-----

----- “Senhor Presidente com total abertura e clareza. Há aqui uma questão que é o seguinte, suponho que na altura devida devia ter sido pedido um esclarecimento da sentença, se esta situação tivesse sido identificada, não foi perceptível e portanto quando começamos a fazer a análise funcionário a funcionário é que os funcionários da Câmara que estão a fazer esse trabalho, verificaram que efetivamente haverá, e carece de informação porque neste momento estão todos os funcionários a ser notificados, e naturalmente poderá haver algum



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

erro, não me parece muito possível, foi constatado que alguns dos funcionários que faziam parte da sentença efetivamente não cumprem os requisitos para lhe ser aplicada a opção gestonária e a esses não lhe estamos a pagar por uma razão muito simples em momento nenhum a ação e a sentença fala em valores, a sentença diz claramente o seguinte, aplique-se a opção gestonária a estes funcionários todos, e é isso que nós estamos a fazer, só que nas regras da opção gestonária alguns desses funcionários, que tentando nós aplica-lhe a opção gestonária, não cumprem os requisitos. Qualquer outro entendimento, naturalmente que a via judicial esclarecerá.

----- Nós estamos a dar cumprimento à sentença da forma como os nossos serviços jurídicos a entendem e parece-me a mim que está correto, tem lógica e é coerente uma vez mais.

----- Estamos a aplicar a opção gestonária aos funcionários, os que cumprem, efetivamente avançam, os que não cumprem não avançam, até porque não é nada que se possa inventar de novo porque é uma situação que vai à data de 2009 e portanto não é nada que se possa agora mexer, era a situação existente em 2009, portanto eu penso, claramente que o tal prejuízo não se verifica assim.

----- Já agora, nós aplicamos tão rapidamente quanto podemos no sentido de não interrompermos este processo, mas a Lei do Orçamento do Estado de 2018 fez com que este processo de contabilização fosse interrompido em dezembro 2017, porque a partir daí a Câmara já reposicionou os funcionários.

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Portanto daquilo que depreendi da explicação do Senhor Presidente é, nem todos os funcionários que estão referidos na sentença receberam a sua parte da opção gestonária porque não têm direito, segundo opinião da Câmara. Então eu faço por ultimo uma pergunta à Câmara, está claro que em 2009 ou 2010, quando isto aconteceu, a Câmara não acutelou devidamente os seus interesses porque ao deixar que fossem indicados trinta e tal funcionários para serem alvos de opção gestonária e que não tinham claramente direito, esses interesses não foram devidamente acutelados? Pergunto eu, a Câmara o que é que já fez para em termos de inquérito averiguar quem é que deixou que esse processo avançasse e terminasse assim? Porque claramente os funcionários foram indicados. A Câmara opôs-se a isto? A Câmara não teria que se opor em Tribunal a isto? Senhor Presidente há funcionários que não cumprem com a lei para opção gestonária? Temos uma sentença que diz que há um conjunto de funcionários que têm direito à opção gestonária. Temos o Senhor Presidente da Câmara a dizer nas averiguações que estamos a fazer neste



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

momento, há um conjunto de trabalhadores que não cumprem com essa regras. Como é que vamos num processo judicial em que isto passa completamente, a Câmara opôs-se a isto? Informou, na altura em processo judicial que estes funcionários não tinham direito especificamente, o que é se passou sobre isto? É que é muito importante nós esclarecermos isto é que estamos a falar de um conjunto de funcionários que têm uma sentença favorável sobre a opção gestionária e pelos vistos não têm esse direito, segundo diz o Senhor Presidente da Câmara, nem funcionários efetivos eram do Município e portanto ganharam esse direito de forma errada e com a complacência de alguém dentro do Município, só pode.-----

Carla Eliana da Costa Tavares – PS; -----

----- “É de facto muito rápido, esta questão de não sabermos nós de facto o que é se passou, pode ter havido uma oposição, uma contestação aquilo que foi alegado, das duas uma, ou o Tribunal considerou de forma diferente, não obstante isso ter sido alegado e nós estamos sempre aqui sem saber muito bem o que é que aconteceu ou estão, de facto isso pode não ter sido contestado e não tendo sido contestado e depois não tendo havido recurso da decisão final, essa questão não foi apreciada, ainda assim, eu à pouco estava aqui a fazer sinais ao Senhor Presidente, esta questão e de acordo com aquilo que o Senhor Presidente aqui referiu não se enquadrando e se a sentença efetivamente só diz que se aplique a opção gestionária como é que isto se pode resolver? Mais tarde esses trinta e um funcionários, vendo que não lhes é pago nenhuma quantia, poderão executar a sentença e em sede de execução e liquidação de sentença é que se pode vir a apurar se facto se pode vir ou não a aplicar a opção gestionária a esses trabalhadores. Isto digo eu que é uma solução futura para resolver, porque o que de facto, e se é assim, a sentença diz, aplique-se a opção gestionária sem que quantifique esses trabalhadores para que vejam quantificado o seu montante têm que ir executar a sentença para que ela seja liquidada e depois é que essa situação pode vir a ser equacionada, digo eu.-----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida – PSD;** -----

----- “Agradeço-lhe a aula Senhor Presidente, mas há aqui uma coisa que eu francamente não percebo, e essa vamos leva-la até ao fim, seja agora ou seja noutra altura, segundo me parece há uma questão muito simples, muito fácil de explicar, a Câmara Municipal deveria ter impugnado, se é o termo técnico é esse Senhor Presidente, contestado a sentença proferida?”-----

----- **Brito António Rodrigues Salvador – Presidente da Assembleia;** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----- “Nem é contestado, mas nós não sabemos, nós estamos a partir de um pressuposto de que a Câmara nada fez quando pode ter feito, eu sugiro que se alguém tem interesse, que peça informação, que tente obter junto da Câmara e depois então, com factos concretos, vamos ver o que é realmente pode ter escapado ou não escapado”-----

----- **Carlos Filipe Correia Almeida** – PSD; -----

----- “Senhor Presidente pode considerar esse pedido feito?”

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Tem que nos mandar por escrito para saber o que é você quer e a partir daí eu reencaminho e tento obter, como é habito. Penso que é preferível porque estamos aqui sem saber se verdadeiramente a Câmara fez se deixou de fazer, o que é foi feito, estamos aqui a insinuar que o colega que representou a Câmara, eventualmente, poderá não ter agido da melhor forma, estamos aqui a pensar que pode não ter tido contestado, estamos a aqui a pensar que houve um lapso, quando veio a sentença que se deveria ter pedido a reformulação da sentença, esclarecimentos da sentença, nós não sabemos se isso tudo foi feito ou se não foi feito. Mais, já aqui foi falado que houve recursos e já se está aqui a dizer que não houve recursos, houve recursos, uma sentença não anula a outra, a outra anula a outra, prevaleceu a primeira. Quer dizer, vamos tentar averiguar o que é que se passou, se quiserem peçam uma informação eu tento obtê-la junto de quem de direito e depois estudam-na e falamos outra vez no assunto, penso eu, acho preferível porque estamos aqui num pressuposto que ninguém sabe o que se passou.----- **Jorge Henrique Fernandes de Almeida**

– Presidente da Câmara:-----

----- “Senhor Presidente, a Câmara não indicou aqui nenhuns autores, quem indicou foi o sindicato, e naturalmente que o que foi para julgamento, penso eu, era aquela matéria, ninguém foi lá contabilizar como terá havido essa situação, agora, aquilo que eu sei é que efetivamente poderia ter havido num determinado prazo, se tivesse sido identificada esta situação, teria pedido um esclarecimento da sentença, os prazos expiraram, lá muito atrás, penso que eram três meses a seguir a julho, e portanto esse pedido de esclarecimento era completamente justificado se tivesse sido identificada esta situação, agora não há prejuízo material da Câmara, por uma razão muito simples, mesmo em sede de liquidação de sentença venha alguém pedir algum tipo de coisas, o tribunal vai ter que nos dizer ok, quanto? As pessoas pura e simplesmente não cumprem, quanto? A sentença não fala em valores, fala, aplique-se a opção gestonária e eles não cumprem os requisitos para que lhes seja aplicada a opção gestonária, com muita pena nossa porque alguns deles até se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

calhar...mas, é...eu não sei quem são...não tenho a preocupação de saber quem são os trinta e um”.

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Isto que o Senhor Presidente acabou de dizer é algo que é lógico”.

----- **Hilário Manuel Ferreira dos Santos** – PSD: -----

----- “Senhor Presidente aqui ninguém fez nenhum juízo de intenção sobre nenhum colega seu, nós respeitamos muito os advogados que defendem a Câmara, isso não está minimamente em questão, os funcionários da Câmara, nada disto.

----- A única coisa que nós aqui pedimos é isto, o Senhor Presidente da Câmara identifica um conjunto de trabalhadores que em sentença terá que lhes ser pago opção gestionária. Identifica, ainda agora acaba de dizer que inclusivamente que até podia ter pedido uma esclarecimento da sentença, mas depois passaram-se os prazos sobre esse facto.

----- O que nós aqui viemos pedir, ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é que nos peça informação à Câmara para que nos explique porque razão é que estes funcionários estão na sentença? Para nós percebermos exatamente como é que chegamos a este ponto, nós não estamos a dizer se a Câmara tem prejuízo ou se não tem prejuízo, isso é outra situação. O que nós precisamos de saber, e é lógico que nós saibamos, estão-nos a dar conhecimento de uma situação, estão-nos a dizer que não temos acesso aos documentos e percebemos isso, temos acesso por consulta própria, nem sequer queremos saber os nomes, isso não é importante para a questão. Só queremos saber isto, porque é que a Câmara consegue identificar, dentro do seu processo de funcionamento, como é que estes funcionários que não têm direito a esta opção estão nesta sentença? Basicamente é isto que nós precisamos de saber, e com certeza o Senhor Presidente não sabe, mas o departamento jurídico da Câmara conseguirá fazer-nos um memorando sobre esta questão e esclarecer o Senhor Presidente da Câmara, que na altura foi o Senhor Presidente, ex Presidente da Câmara, Gil Nadais, que disse em Assembleia Municipal que tinha convidado o Senhor António Augusto, na altura do STAL, para ajudar a Câmara Municipal a preparar os processos, isto está em ata da Assembleia Municipal, estou a falar de quando se fez o primeiro levantamento”

----- **Brito António Rodrigues Salvador** – Presidente da Assembleia: -----

----- “Mais uma vez reforço, façam-me chegar os vossos pedidos que eu darei o devido encaminhamento”.

----- E nada mais havendo a tratar o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu por encerrados os trabalhos desta sessão, pelas duas horas e cinco minutos, do dia trinta e um de janeiro de dois mil e dezanove, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa-----